



**MINISTÉRIO DAS CIDADES
SECRETARIA EXECUTIVA**

RELATÓRIO DE GESTÃO

Secretaria-Executiva

EXERCÍCIO 2009

SUMÁRIO

1. Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	7
2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos.....	8
2.1. Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.....	8
2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais	17
2.3. Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade	28
2.3.1. Relação dos Programas.....	28
2.3.1.1. Programa 0310 – Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano	28
2.3.2. Principais Ações do Programa	29
2.3.2.1. Programa 0310 – Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano	29
2.3.2.1.1. Ação 1B00 – Implantação do Sistema Nacional de Informações das Cidades – SNIC	29
2.3.2.1.2. Ação 4055 – Formulação e Acompanhamento da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	30
2.3.1.1.3. Ação 4420 – Funcionamento do Conselho das Cidades.....	30
2.3.1.1.4. Ação 4511 – Remuneração às Instituições Financeiras Públicas pela Operacionalização de Projetos de Desenvolvimento Urbano.....	31
2.3.1.1.5. Ação 4572 – Capacitação dos Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	31
2.3.1.1.6. Ação 8785 – Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC	32
2.3.1.1.7. Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa.....	32
2.3.2.2. Programa 0750 – Apoio Administrativo.....	33
2.3.2.2.1. Ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	33
2.3.2.2.2. Ação 2000 – Administração da Unidade	34
2.3.2.2.3. Ação 2003 – Ações de Informática	34
2.3.2.2.4. Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	35
2.3.2.2.5. Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	35
2.3.2.2.6. Ação 2011 – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados.....	36
2.3.2.2.7. Ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	37
2.3.2.2.8. Ação 20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	37
2.3.2.3. Programa 1136 – Fortalecimento da Gestão Urbana.....	38
2.3.2.3.1. Ação 8872 – Apoio à Capacitação de Gestores Municipais e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano	38
2.4. Desempenho Operacional.....	40
2.4.1. Programação Orçamentária	40
2.4.2. Execução Orçamentária	44
2.4.3. Execução Orçamentária por Programa de Governo.....	46
2.4.4. Execução Física das Ações Realizadas pela UJ.....	46
2.4.5. Indicadores Institucionais	79

3. Informações sobre Recursos Humanos	80
4. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	83
5. Inscrição de Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	84
6. Informações sobre transferências (realizadas e recebidas) no Exercício	85
7. Previdência Complementar Patrocinada	88
8. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos	88
9. Renúncias Tributárias.....	88
10. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno e do Tribunal de Contas da União	89
11. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício.....	91
12. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV	92
13. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão	93
14. Informações Contábeis da Gestão	94
15. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins	95

LISTA DE TABELAS, FIGURAS E GRÁFICOS

Tabela 1 – Dados Identificadores da Unidade Jurisdicionada.....	7
Tabela 2 – Objetivos para alcançar a missão: Promover o Desenvolvimento das pessoas no MCidades.....	18
Tabela 3 – Desenvolvimento de Sistemas e Banco de Dados: Projetos Concluídos.....	21
Tabela 4 – Desenvolvimento de Sistemas e Banco de Dados: Projetos em Andamento e Manutenções.....	22
Tabela 5 – Implementação de Novas Tecnologias.....	23
Tabela 6 – Servidores x Serviços x Breve Descrição.....	25
Tabela 7 – Assessoria Interna: Atividades em 2009.....	27
Tabela 8 – Dados Gerais do Programa.....	28
Tabela 9 – Dados Gerais da Ação 1B00.....	29
Tabela 10 – Ação 1B00: Metas e Resultados da Ação no Exercício.....	29
Tabela 11 – Dados Gerais da Ação 4055.....	30
Tabela 12 – Ação 4055: Metas e Resultados da Ação no Exercício.....	30
Tabela 13 – Dados Gerais da Ação 4420.....	30
Tabela 14 – Ação 4420: Metas e Resultados da Ação no Exercício.....	30
Tabela 15 – Dados Gerais da Ação 4511.....	31
Tabela 16 – Ação 4511: Metas e Resultados da Ação no Exercício.....	31
Tabela 17 – Dados Gerais da Ação 4572.....	31
Tabela 18 – Ação 4572: Metas e Resultados da Ação no Exercício.....	32
Tabela 19 – Dados Gerais da Ação 8785.....	32
Tabela 20 – Ação 8785: Metas e Resultados da Ação no Exercício.....	32
Tabela 21 – Dados Gerais da Ação 2272.....	32
Tabela 22 – Ação 2272: Metas e Resultados da Ação no Exercício.....	33
Tabela 23 – Dados Gerais da Ação 09HB.....	33
Tabela 24 – Ação 09HB: Metas e Resultados da Ação no Exercício.....	33
Tabela 25 – Dados Gerais da Ação 2000.....	34
Tabela 26 – Ação 2000: Metas e Resultados da Ação no Exercício.....	34
Tabela 27 – Dados Gerais da Ação 2003.....	34
Tabela 28 – Ação 2003: Metas e Resultados da Ação no Exercício.....	35
Tabela 29 – Dados Gerais da Ação 2004.....	35
Tabela 30 – Ação 2004: Metas e Resultados da Ação no Exercício.....	35
Tabela 31 – Dados Gerais da Ação 2010.....	35
Tabela 32 – Ação 2010: Metas e Resultados da Ação no Exercício.....	36
Tabela 33 – Dados Gerais da Ação 2011.....	36
Tabela 34 – Ação 2011: Metas e Resultados da Ação no Exercício.....	36
Tabela 35 – Dados Gerais da Ação 2012.....	37
Tabela 36 – Ação 2012: Metas e Resultados da Ação no Exercício.....	37
Tabela 37 – Dados Gerais da Ação 20CW.....	37
Tabela 38 – Ação 20CW: Metas e Resultados da Ação no Exercício.....	37
Tabela 39 – Dados Gerais da Ação 8872.....	38
Tabela 40 – Ação 8872: Metas e Resultados da Ação no Exercício.....	39
Tabela 41 – Identificação das Unidades Orçamentárias.....	40
Tabela 42 – Programação de Despesas Correntes.....	40
Tabela 43 – Programação de Despesas de Capital.....	41
Tabela 44 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.....	41
Tabela 45 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	41

Tabela 46 – Despesas por Modalidade de Contratação	44
Tabela 47 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	44
Tabela 48 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	45
Tabela 49 – Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo	46
Tabela 50 – Execução Física das ações realizadas pela UJ.....	46
Tabela 51 – Ação 1B00: Atividades/Ações Desenvolvidas em 2009.....	47
Tabela 52 – Ação 1B00: Viagens Internacionais no Exercício de 2009	47
Tabela 53 – Quadro Financeiro da Ação 1B00 em 2009	48
Tabela 54 – Quadro Financeiro Ação da 4055 em 2009.....	51
Tabela 55 – Ação 4420: Realizações dos Eventos no Exercício de 2009.....	56
Tabela 56 – Ação 4420: Viagens Internacionais no Exercício de 2009	58
Tabela 57 – Quadro Financeiro do Conselho das Cidades em 2009	58
Tabela 58 – Quadro Resumo de Servidores Capacitados por Unidade	65
Tabela 59 – Ações de Longa Duração	67
Tabela 60 – Programa de Desenvolvimento Urbano	69
Tabela 61 – Programa Gestão da Logística, do Orçamento Público e Auditoria.....	70
Tabela 62 – Programa Gestão da Melhoria dos Processos.....	71
Tabela 63 – Programa da Gestão da Informação e Comunicação	72
Tabela 64 – Programa de Desenvolvimento Tecnológico	73
Tabela 65 – Programa Gestão de Pessoas	74
Tabela 66 – Ação 8872: Atividades/Eventos no Exercício de 2009.....	75
Tabela 67 – Composição de Recursos Humanos.....	80
Tabela 68 – Composição de Recursos Humanos nos Exercícios de 2007, 2008 e 2009	80
Tabela 69 – Força de Trabalho Disponível e Desejável, distribuída por Unidade Administrativa.....	82
Tabela 70 – Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009.....	84
Tabela 71 – Quadro de Detalhamento de Transferências	85
Tabela 72 – Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno	89
Tabela 73 – Relatório de cumprimento das deliberações do TCU	89
Tabela 74 – Atos Relacionados ao Exercício de 2009.....	91
Tabela 75 – Declaração dos Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV	92
Tabela 76 – Declaração do Contador.....	94
Figura 1 – Plano de Capacitação e Desenvolvimento do MCidades	66
Gráfico 1 – Resumo de Gastos por Programa	67

INTRODUÇÃO

O documento apresenta o Relatório de Gestão da Unidade Jurisdicionada Secretaria Executiva do Ministério das Cidades em atendimento às determinações emanadas pelo Tribunal de Contas da União – TCU e pela Controladoria-Geral da União – CGU referentes à gestão do exercício de 2009.

1. Identificação da Unidade Jurisdicionada

Tabela 1 – Dados Identificadores da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério das Cidades		Código SIORG: 42672	
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora			
Denominação completa: Secretaria-Executiva			
Denominação abreviada: Secretaria-Executiva			
Código SIORG: 72573	Código LOA: não se aplica	Código SIAFI: 560003	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Habitação, Saneamento e Urbanismo		Código CNAE: 8412-4, 8412-4, 7111-1	
Telefones/Fax de contato:	(061) 2108-1608	(061) 2108-1631	(061) 2108-1420
Endereço eletrônico: gab.secretariaexecutiva@cidades.gov.br			
Página da Internet: http://www.cidades.gov.br			
Endereço Postal: Setor de Autarquias Sul, Quadra I, Lote 1/6, Bloco "H", Edifício Telemundi II, 12º andar, sala 1203 CEP 70.070-010, Brasília – Distrito Federal			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas			
Nome	Situação	Código SIORG	
Secretaria Executiva	ativa	72573	
Assessoria de Relações Internacionais	ativa	73969	
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA	ativa	73970	
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Lei nº 10.683, 28/05/2003 – Criação do Ministério das Cidades. Decreto nº 4665, 03/04/03 – Aprovação da Estrutura Regimental e do Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Ministério das Cidades.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Portaria nº 227, de 04/07/03 – Aprova os Regimentos Internos dos órgãos do Ministério. Portaria nº 383, de 18/08/05 – Altera os arts. 1º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 11 do anexo II e artigos 1º e 40 do anexo III da Portaria nº 227, de 04/07/03.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
560003	Secretaria Executiva		
560004	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração		
560010	Coordenação Geral de Recursos Logísticos		
560011	Coordenação Geral de Recursos Humanos		
175004	Caixa Econômica Federal		

2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

2.1. Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas

Secretaria Executiva

A Secretaria Executiva, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado das Cidades, tem como finalidade:

I) supervisionar e coordenar as atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades vinculadas;

II) supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de organização e modernização administrativa, administração dos recursos de informações e informática, de recursos humanos e de serviços gerais, no âmbito do Ministério;

III) auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação das ações da área de competência do Ministro;

IV) coordenar e executar, em articulação com as secretarias setoriais, atividades relacionadas com participação do Ministério em órgãos colegiados;

V) supervisionar as atividades disciplinares e de correção desenvolvidas no âmbito do Ministério e de suas unidades descentralizadas;

VI) supervisionar, em articulação com as Secretarias, agentes operadores e financeiros os programas e ações do Ministério das Cidades;

VII) coordenar a elaboração e propor a política de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental, trânsito e transporte urbano, em consonância com a diversidade regional, sustentabilidade ambiental e respeito à igualdade de gênero e raça.

A Secretaria Executiva tem em sua estrutura 02 (duas) Diretorias, a de Integração, Avaliação e Controle Técnico – DIACT e a Diretoria de Desenvolvimento Institucional – DDI. Possui ainda sob sua orientação a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, a Assessoria de Relações Internacionais – ASERI e o Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN.

A Secretaria Executiva é responsável pela execução do Programa 0310 – Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano, que objetiva coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas de desenvolvimento urbano, habitação, saneamento básico e ambiental, transporte urbano e trânsito.

Diretoria de Integração, Avaliação e Controle Técnico – DIACT

a) Planejamento das ações: são realizadas reuniões com o corpo técnico para definição da estratégia de avaliação e acompanhamento das atividades desempenhadas pelas Secretarias finalísticas do Ministério.

b) Atuação com o FGTS:

Coordenação da elaboração do Relatório de Gestão referente ao exercício. O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS possui tomada de contas individual. Esta Diretoria é

responsável pela consolidação do referido relatório, quanto ao papel de Gestor da Aplicação concedido ao Ministério das Cidades pela Lei nº 8.036/1990.

Representação e apoio técnico nas reuniões do Grupo de Apoio Permanente (GAP) ao Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CCFGTS;

Representação em Grupo Técnico para acompanhamento e monitoramento das recomendações e determinações constantes dos Relatórios de Auditoria Integrada da Controladoria Geral da União – CGU e dos Acórdãos do Tribunal de Contas da União – TCU, referentes ao Ministério por meio de Planos de Providências;

Elaboração e revisão, em articulação com as Secretarias finalísticas, dos atos normativos que regem os Programas do Ministério com recursos do FGTS;

Elaboração de Notas Técnicas;

Acompanhamento da execução orçamentária, elaboração e encaminhamento de relatórios semestrais;

Acompanhamento das operações contratadas no âmbito do FGTS, visando reduzir o quantitativo de obras em situação adversa (atrasadas, paralisadas e não iniciadas);

Revisão da base de dados que contém informações sobre os Programas com recursos do FGTS;

Elaboração de relatórios mensais em cumprimento a Resolução do Conselho Curador nº 515, contendo informações sobre execução orçamentária e seleção de propostas;

Demandas pontuais e acompanhamento de denúncias;

Coordenação do grupo ministerial responsável pela elaboração do SAME – Sistema de Acompanhamento e Monitoramento de Empreendimentos;

Gerenciamento das recomendações do Acórdão 633, do Tribunal de Contas da União, encaminhado relatórios de fiscalizações eventuais do Ministério das Cidades ao GAP-CCFGTS;

Acompanhamento dos sorteios do PAC, para as operações contratadas no âmbito do FGTS;

Participação no Grupo de Trabalho responsável pela criação dos indicadores de desempenho do Ministério das Cidades;

Implementação da Base de Normativos referente ao FGTS;

c) Atuação no PAC:

Acompanhamento das ações decorrentes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, junto às Secretarias Finalísticas do Ministério e ao Comitê Gestor do PAC – CGPAC, de acordo com o que estabelece a Portaria nº 20, de 31 de janeiro de 2007, que instituiu o Comitê Funcional de Acompanhamento do PAC no âmbito do Ministério das Cidades; participação em reuniões com os entes federados em Brasília e nos estados; consolidação das informações encaminhadas pelas áreas finalísticas; reuniões quadrimestrais de apresentação do Balanço do PAC.

Diretoria de Desenvolvimento Institucional – DDI

A DDI tem como objetivos:

a) coordenar o processo de modernização e capacitação institucional de estados, Distrito Federal e municípios, em articulação com as Secretarias Nacionais do Ministério das Cidades e com o Gabinete do Ministro.

b) apoiar tecnicamente o Ministro de Estado na condução dos Conselhos das Cidades.

A diretoria tem sob sua responsabilidade duas Gerências: Gerência de Capacitação das Cidades – GC e a Gerência de Informação das Cidades. Administrativamente, a Secretaria Executiva do Conselho das Cidades está ligada a esta diretoria.

A Gerência de Capacitação das Cidades tem a função de contribuir para a melhoria da capacidade de planejamento, avaliação e gerenciamento das administrações locais e dos atores sociais envolvidos na temática do desenvolvimento urbano.

À Gerência de Informação das Cidades compete administrar o Sistema Nacional de Informações das Cidades – SNIC. O sistema tem como objetivo a construção de um sistema integrado de informações que permita um melhor planejamento e controle das ações por parte do Ministério das Cidades e disponibilize informações às administrações municipais e aos cidadãos, viabilizando o planejamento urbano local e o controle da aplicação do recurso público. A implementação do projeto passa pela disponibilização, via internet, de dados georeferenciados, por meio de tecnologias abertas e de uso livre.

No ano de 2009 deu-se continuidade ao processo de compra e distribuição de imagens de satélite da área urbana e de Kits didáticos para a implementação plena do Sistema Nacional de Informações das Cidades (SNIC). Além das ações de capacitação realizadas na área, destacam-se ainda a compra e distribuição gratuita aos respectivos municípios de 50.000 km² de imagens de satélite da área urbana, bem como o envio de 30.000 kits didáticos contendo aplicativos de grande utilidade para a gestão territorial, composto por um conjunto de softwares, bancos de dados geográficos e manuais especialmente desenvolvidos pelo Ministério das Cidades em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE.

No que se refere ao Conselho das Cidades, foram realizadas, em 2009, quatro reuniões. Na 20ª Reunião, realizada em março, foram aprovadas pelo Plenário do Conselho e publicadas no Diário Oficial da União, Resoluções Recomendadas tratando de diretrizes para o Programa Minha Casa Minha Vida; da adoção de medidas que previnem despejos e de orientações sobre mobilidade urbana e para desoneração do Transporte Público. Em julho, na 21ª Reunião, foram aprovadas Resoluções Normativas indicando participantes para atuar em nome do Conselho no Grupo Executivo do Programa Terra Legal e instituindo o Grupo de Trabalho para debater o Serviço de Moradia Social.

O Conselho também elaborou e aprovou como Resolução Administrativa, o Regimento da 4ª Conferência Nacional das Cidades, e ainda, Resoluções Recomendadas abordando questões nas áreas de planejamento urbano e saneamento. Na Reunião de outubro foram aprovadas e publicadas Resoluções que ressaltam a importância da constituição de conselhos e a realização de conferências pelos estados e municípios e pelo aperfeiçoamento do Projeto de Lei nº. 1.687/2007, que institui as diretrizes da política de mobilidade urbana e da outras providências.

Assessoria de Relações Internacionais

À Assessoria de Relações Internacionais compete:

I – assessorar os dirigentes dos órgãos do Ministério na formulação de estratégias de colaboração com os organismos financeiros internacionais;

- II – assessorar as atividades de captação e proposição de ações a serem contempladas nos acordos e assistência técnica financeira internacional;
- III – assessorar o Ministério na formulação de propostas de cooperação técnica junto a Programas Nacionais de Cooperação Técnica e Acordos Básico;
- IV – elaborar relatórios de acompanhamento dos projetos em proposição;
- V – participar das reuniões bilaterais e grupos de trabalho e de comissão mista;
- VI – acompanhar as negociações de empréstimos externos para projetos no âmbito do Ministério;
- VII – acompanhar a execução dos empréstimos externos contratados em articulação com as Secretarias Nacionais competentes;
- VIII – apoiar tecnicamente a elaboração de propostas de acordos de assistência técnica-financeira internacionais relativas ao desenvolvimento institucional.

Departamento Nacional de Trânsito

As informações referentes ao Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN conforme anexo I da decisão normativa TCU Nº. 100, de 7 de outubro de 2009, o será consolidado em seu Relatório de Gestão, agregando a gestão do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET.

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

Compete a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração-SPOA, de acordo com o Regimento Interno do MCidades, Portaria nº 383, de 18 de agosto de 2003:

- I – planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de organização e modernização administrativa, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de administração de recursos humanos e de serviços gerais no âmbito do Ministério;
- II – promover a articulação com os órgãos centrais dos sistemas federais, referidos no inciso I, e informar e orientar os órgãos e entidades vinculadas ao Ministério quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas;
- III – promover a elaboração e consolidação dos planos e programas das atividades de sua área de competência e submetê-los à decisão superior;
- IV – propiciar aos órgãos, entidades vinculadas e às unidades administrativas integrantes do Ministério os meios capazes de permitir o controle do processo de execução orçamentária e financeira, possibilitando uma avaliação sistemática do emprego dos recursos, de acordo com o planejamento realizado;
- V – desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil no âmbito do Ministério;
- VI – desenvolver ações coordenadas com órgãos federais em questões normativas e de captação de recursos afetas às áreas de atuação do Ministério;
- VII – realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário; e
- VIII – assistir à Secretaria Executiva na área de sua competência.

A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração possui em sua estrutura a Coordenação-Geral de Recursos Humanos, a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, a

Coordenação-Geral de Planejamento, a Coordenação-Geral de Modernização e Informática e a Coordenação Geral de Orçamento e Finanças. As Coordenações Gerais de Recursos Humanos e de Recursos Logísticos são consideradas unidades gestoras, cujos códigos são respectivamente 560011 e 560010.

Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças

A Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças está cadastrada sistemicamente como Unidade Gestora: Secretaria Executiva – código 560003, vinculada ao órgão Ministério das Cidades – código 56000. Tem como finalidade enquanto unidade gestora exercer o papel de setorial dos Sistemas de Orçamento Federal e de Administração Financeira Federal.

A estrutura organizacional que define sua subordinação à Secretaria Executiva é definida no Decreto nº. 4.665, de 03/04/2003, publicado no D.O.U. de 04/04/2003, Anexo II, já as competências regimentais são as constantes na Portaria 227, de 04/07/2003, publicado no D.O.U. de 07/07/2003, conforme disposto no art. 32, transcrito abaixo:

“Art. 32 À Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças compete:

I – Planejar, coordenar, supervisionar, controlar e orientar as atividades orçamentárias relativas aos Orçamentos Fiscais e de Seguridade Social no âmbito do Ministério;

II – Coordenar o processo orçamentário, em todas as suas fases e em todos os órgãos e entidades vinculadas ao Ministério;

III – Elaborar propostas de normas e procedimentos complementares para as atividades de execução e controle orçamentário e financeiro e definir o processo de elaboração e programação orçamentária;

IV – Definir normas e critérios orçamentários a serem seguidos pelas unidades orçamentárias em concordância com aqueles emitidos pelos órgãos normativos;

V – Fornecer informações orçamentárias para o planejamento e para a tomada de decisões;

VI – Implantar e divulgar informações sobre o processo orçamentário nos órgãos e entidades vinculadas ao Ministério;

VII – Criar instrumentos operacionais que possibilitem uma melhor execução da programação orçamentária a nível setorial;

VIII – Coordenar, analisar e acompanhar, em nível setorial, a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

IX – Impugnar e representar, para apuração de responsabilidades, qualquer ato que não esteja amparado por lei ou que incida nas proibições legais, comunicando o fato à autoridade a quem o responsável esteja subordinado e ao Assessor Especial de Controle Interno deste Ministério;

X – Proceder aos registros contábeis dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial no âmbito do Ministério;

XI – Elaborar diagnósticos situacionais para subsidiar a definição para subsidiar a definição de políticas e diretrizes setoriais;

XII – Acompanhar e avaliar a realização da receita, da despesa, dos créditos adicionais, bem como dos instrumentos de obrigação e cooperação técnico-operacional celebradas pelo Ministério; e

XIII – Assistir o Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração na área de sua competência.”

A portaria supracitada define também as funções da Coordenação de Orçamento e Coordenação de Finanças que exerce a função de Setorial Orçamentária e Financeira do Órgão Superior Ministério das Cidades e seus órgãos subordinados atendendo as determinações dos normativos regimentais e ao disposto na Lei nº. 10.180, de 06/02/2001, regulamentada pelo Decreto nº. 3.590/2000.

Compete a Coordenação de Orçamento do Ministério das Cidades, coordenar, orientar e avaliar as atividades relativas à execução orçamentária, além de subsidiar a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual dos órgãos e entidades vinculadas ao Ministério.

Já a Coordenação de Finanças do Ministério das Cidades compete planejar, supervisionar, controlar e orientar as atividades financeiras, programação e execução de todas as Unidades Gestoras vinculadas ao Ministério. Neste sentido, as demandas são encaminhadas mensalmente a esta Coordenação, as quais são ajustadas conforme o Cronograma estabelecido em Lei/Portaria Interministerial e atendidas mediante liberação do Tesouro Nacional.

A unidade gestora 560003 – Secretaria Executiva não efetua a execução orçamentária e financeira de forma direta, desempenhando a função de Setorial Orçamentária, Financeira e Contábil, ela é a responsável pela descentralização dos créditos orçamentários e recursos financeiros, bem como do controle gerencial desses, orientando, acompanhando e coordenando sua execução com vistas a atender os normativos que regem a programação orçamentária e financeira, além de fazer a comunicação com os respectivos Órgãos Superiores, além de realizar o acompanhamento e controle das contas contábeis e os demonstrativos constantes no Sistema SIAFI.

Unidade Gestora – 560004

A 560004 é unidade gestora credora, ou seja, está subordinada a Secretaria Executiva, mas não realiza atos de gestão orçamentária, financeira e/ou patrimonial.

Unidade Gestora – 175004

Cabe à Caixa Econômica Federal, que atua como mandatária da União, a prestação de serviços de operacionalização de programas e ações sob a gestão do Ministério das Cidades, com recursos consignados no Orçamento Geral da União e a prestação de serviços na operacionalização dos repasses de recursos do Orçamento Geral da União direcionado para projetos apoiados pelo Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal – PAC, enquadrados em Programas e Ações geridos pelo MCidades, bem como atuação na qualidade de agente operador do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS.

Para operacionalização dos Programas Pró-Municípios, Drenagem Urbana Sustentável, Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano, Mobilidade Urbana, Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, Resíduos Sólidos Urbanos, Serviços Urbanos de Água e Esgoto e Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários foi firmado entre o MCidades e a CAIXA, Contrato Administrativo nº 06/2006, aditado em 30 de setembro de 2009, com vigência até 31 de março de 2010 e para os Programas inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – Elaboração de Projetos de Engenharia - Saneamento, Fortalecimento da Gestão Urbana, PPI/Intervenções em Favelas, Drenagem Urbana Sustentável, Resíduos Sólidos Urbanos e Serviços Urbanos de Água e Esgoto foi firmado o

Contrato Administrativo nº 44/2007, aditado em 30 de setembro de 2009, com vigência até 31 de março de 2010.

A legislação, normas, diretrizes e procedimentos operacionais para aplicação dos recursos do Orçamento Geral da União estão definidos na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, na Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008, Portaria MCidades nº. 251 de 24.06.2004, Portaria MCidades nº. 399 de 22.09.2004, IN MCidades nº. 49 de 17.10.2007, Lei 11.578/07 de 26.11.2007, Lei nº. 10.048 de 14.11.2000, Lei nº. 10.098 de 19.12.2000, Lei nº. 10.257 de 10.07.2001, Decreto nº. 5.296 de 02.12.2004, Resolução nº. 307 de 02.07.2002 do Conselho Nacional de Meio Ambiente, Lei Complementar 101 de 04.05.2000, Portaria MCidades nº 137, de 19.02.2008, Portaria MCidades nº 315, de 18.06.2008, Portaria MCidades nº 203, de 10.04.2008, Lei nº 10.527, de 10.06.2001, Portaria MCidades nº 398, de 29.09.2009, Portaria MCidades nº 451, de 12.11.2009, Portaria MCidades nº 360, de 17.09.2009, Decreto nº 5.296, de 02.12.2004, Portaria MCidades nº 406, de 07.10.2009, IN MCidades nº 08, de 26.03.2009, Portaria MCidades nº 450, de 12.11.2009.

A unidade gestora 175004 operacionaliza as ações sob a responsabilidade das Secretarias finalísticas, que apresentarão seu Relatório de Gestão individualizado, conforme anexo I da decisão normativa TCU Nº. 100, de 7 de outubro de 2009.

Coordenação-Geral de Recursos Humanos

A CGRH tem competência regimental para:

I – planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades de gestão e política de recursos humanos relacionadas com a administração, integração, desenvolvimento, aperfeiçoamento, valorização e assistência aos servidores, seguindo as diretrizes do Sistema Central de Pessoal Civil;

II – propor e elaborar projetos relacionados com o desenvolvimento dos recursos humanos do Ministério, nos níveis estratégico e operacional, se necessário, em articulação com instituições especializadas de reconhecida capacidade técnica e educacional;

III – propor e elaborar projetos relacionados com a estruturação e implementação de planos de carreira no âmbito do Ministério, em consonância com o órgão central do Sistema de Pessoal Civil;

IV – propiciar o suprimento das necessidades de recursos humanos no âmbito do Ministério;

V – promover a concessão e a permanente atualização de direitos, vantagens e benefícios aos servidores do Ministério;

VI – promover e propor, por intermédio da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, a celebração e rescisão de convênios e contratos na sua área de atuação;

VII – promover medidas para a realização do processo seletivo externo, delegadas pelo órgão central do Sistema de Pessoal Civil;

VIII – manter serviço de apoio administrativo no âmbito da Coordenação-Geral com a incumbência de controlar e conduzir o fluxo de documentos oficiais, apoio logístico, operacional e de protocolo, bem como requisitar, distribuir e controlar materiais de consumo e permanentes; e

IX – e assistir a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração na área de sua competência.

As ações orçamentárias operacionalizadas pela Coordenação Geral de Recursos Humanos, todas da área meio, tem por objetivo a qualificação e requalificação dos servidores do Ministério das Cidades, a manutenção dos benefícios previdenciários, legalmente estabelecidos aos servidores, o pagamento de servidores e empregados ativos, a assistência aos servidores, empregados e seus dependentes com atendimento médico e odontológico, a concessão dos auxílios pré-escolar, alimentação e transporte, e a contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais.

Coordenação-Geral de Recursos Logísticos

À Coordenação-Geral de Recursos Logísticos compete:

I – planejar, coordenar e praticar atos administrativos que se fizerem necessários ao bom andamento das atividades relativas às áreas de documentação, arquivo, acervo, informação e de publicações, manutenção, serviços gerais, administração e manutenção predial, obras e instalações, transportes, telecomunicações, administração de material, suprimento, bens patrimoniais;

II – aprovar a realização de contratos e convênios, constituir comissão permanente e especial de licitação, designação de pregoeiro e de suas equipes de apoio; aprovar projetos básicos e termos de referência, realização, abertura, revogação, anulação, adjudicação, homologação, declaração de inexigibilidade em processos licitatórios ou manifestar-se em primeira instância sobre recursos interpostos, propor a aplicação de penalidades a fornecedores, convênios e instrumentos similares relativos às atividades da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.

III – autorizar, ordenar despesas e praticar atos de gestão orçamentária e financeira dos recursos consignados na Unidade Gestora sob sua responsabilidade, conceder suprimentos de fundos e aprovar as respectivas prestações de contas, determinar a abertura de sindicância e a instauração de processo administrativo disciplinar objetivando apurar responsabilidades e irregularidades praticadas por servidores no desempenho de suas funções, no âmbito da Coordenação-Geral de Serviços Gerais, aplicar as penalidades cabíveis, observando a legislação específica.

IV – designar gestores de contratos, com anuência dos titulares das unidades do Ministério das Cidades, às quais estejam subordinados;

V – aprovar os pedidos de reajustamentos de preços e de equilíbrio econômico-financeiro dos empenhos/contratos.

VI – autorizar o pagamento de diárias e passagens, quando devidamente propostos nos termos da legislação vigente;

VII – submeter ao prévio da Consultoria Jurídica os processos pertinentes às atividades da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, a implementação de procedimentos, objetivando o aprimoramento dessas atividades no âmbito ministerial.

Coordenação-Geral de Planejamento

À Coordenação-Geral de Planejamento compete:

I – coordenar a execução das atividades relacionadas com o Sistema Federal de Planejamento, observando as diretrizes do órgão central;

II – coordenar a elaboração, consolidação e revisão dos planos, programas e ações dos órgãos e entidades vinculadas, bem como promover o acompanhamento, a avaliação e a produção de informações gerenciais;

III – identificar oportunidades de integração de ações e programas desenvolvidos pelo Ministério, pelos demais órgãos federais, pelos municípios, Distrito Federal, estados e organismos não-governamentais;

IV – implantar e manter banco de dados com informações referentes à execução física e financeira de programas e ações do Ministério, considerando suas diversas fontes de recursos;

V – supervisionar a integração de programas e ações do Ministério com outros órgãos da administração direta;

VI – assistir ao Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração no âmbito de sua competência.

Coordenação-Geral de Modernização e Informática

À Coordenação-Geral de Modernização e Informática compete:

I – participar da formulação e implementar as políticas de modernização administrativa e de informática a serem empreendidas no âmbito do Ministério, em consonância com as orientações dos órgãos centrais dos sistemas, bem como propor diretrizes para o desenvolvimento das atividades da área;

II – planejar e coordenar as ações de modernização administrativa e de informática dos órgãos do Ministério, em conformidade com as políticas públicas;

III – elaborar e propor normas de utilização de uso dos recursos tecnológicos do Ministério que permitam o seu bom uso;

IV – assistir ao Secretário de Planejamento, Orçamento e Administração na área de sua competência.

2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

Secretaria Executiva

O Desenvolvimento Institucional implica na realização das seguintes atividades:

Planejamento das ações do Ministério das Cidades: são realizadas reuniões para apresentação dos planos de trabalho de cada Secretaria/Órgão do Ministério;

São promovidos debates internos sobre temas de interesse comum das diferentes áreas, contando muitas vezes com a participação de representantes de instituições convidadas com excelência no assunto. Os debates têm sido ricos, oferecendo insumos para a formulação e a integração de ações do Ministério, contribuindo ainda para a articulação do MCidades com instituições públicas e privadas e representantes da sociedade;

Convênios: o Ministério das Cidades promove o entendimento e a assinatura de convênios de cooperação com instituições públicas e privadas com objetivos consoantes com os seus, a fim de trocar informações, apoio e pareceres técnicos e subsidiar a elaboração e a implantação da política nacional de desenvolvimento urbano. Este trabalho institucional está sendo iniciado com prioridade para as instituições do próprio Governo Federal e pretende se estender para outros órgãos e entidades;

Grupos de Trabalhos temporários reunindo técnicos de Secretarias e Órgãos do Ministério das Cidades são organizados com objetivo de integrar e articular programas e ações e desenvolver temas transversais. Como exemplo de assuntos debatidos nos Grupos e Comitês podemos citar a Capacitação, Informações, Regiões Metropolitanas, Favelas e Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

As atividades que são conseqüências das estratégias de atuação serão descritas em cada ação de responsabilidade da Diretoria de Desenvolvimento Institucional, no item “2.4.4. Execução Física das Ações Realizadas pela UJ” deste Relatório de Gestão.

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA atua como órgão setorial do Sistema de Orçamento e de Programação Financeira do Governo Federal, sendo designado para exercer essa função, a **Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças - CGORF**, através do regimento interno do Ministério das Cidades. O trabalho da CGORF em sua essência está no cumprimento dos dispostos nos normativos que definem como deverá ser procedida a descentralização orçamentária e financeira, principalmente no que diz respeito aos limites e contingenciamento.

Após a publicação da Lei Orçamentária Anual e a decretação das diretrizes de programação financeira, inicia-se a execução orçamentária. A Setorial Orçamentária pode, a partir daí, efetuar a movimentação dos créditos, independentemente da existência de saldos bancários ou recursos financeiros.

A Lei Orçamentária Anual para o Exercício 2009, de nº 11.897 foi publicada em 31 de dezembro de 2008. O Decreto 6.752/2009 (de Programação Orçamentária e Financeira) impôs um grande contingenciamento da dotação orçamentária do Ministério. O Ministério, com base

no contingenciamento fixado no Decreto, distribuiu os limites para movimentação e empenho das Unidades do Ministério.

Ao longo do ano, vão sendo ampliados os limites para movimentação e empenho. O grande problema é que as ampliações se concentram no final do ano. Tal fato ocasiona dificuldades na execução orçamentária, implicando num grande volume de restos a pagar inscritos.

Os limites mensais para pagamento estabelecidos conforme Decreto nº 6.752/2009 e Portaria Interministerial nº 64, de 30/03/2009, atenderam as necessidades reais das Unidades Gestoras no decorrer do ano. A programação financeira se realiza em três níveis distintos: Órgão Central de Programação Financeira, Órgão Setoriais de Programação Financeira e Unidades Gestoras.

As solicitações de crédito suplementar e extraordinário e a ampliação de limite orçamentário e financeiro junto ao Ministério da Fazenda e do Planejamento, foram medidas importantes adotadas no ano de 2009, e que, no caso do financeiro possibilitou o pagamento dos contratos de repasse firmados em exercícios anteriores, uma vez que a sistemática é o andamento das obras/investimentos.

Coordenação-Geral de Recursos Humanos

Dentre as várias ações promovidas pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos, a Coordenação de Legislação, Capacitação e Desenvolvimento realizou uma oficina interna de avaliação e planejamento frente ao alcance dos objetivos institucionais. Assim, como demanda, foi realizado um encontro com Agentes de Capacitação de forma a avaliar os resultados obtidos do plano de capacitação 2008. No entanto, devido ao contingenciamento de recursos de capacitação para 2009, de acordo com a Portaria Interministerial nº 64, de 30 de março de 2009, as atividades de capacitação neste ano foram restringidas, sendo realizadas apenas capacitações obrigatórias e/ou essenciais para o funcionamento da Administração.

Na referida oficina, a Coordenação de Legislação, Capacitação e Desenvolvimento estabeleceu como missão **“promover o desenvolvimento das pessoas no Ministério das Cidades”**. Abaixo alguns objetivos para se alcançar à missão:

Tabela 2 – Objetivos para alcançar a missão: Promover o Desenvolvimento das pessoas no MCidades

Objetivos	Metas	Estratégias	Avaliação dos resultados
Manter pessoal qualificado	100 h/a para cada servidor da COLED até novembro/2009	Grupo de estudo, curso presencial e distância, seminários, congressos, fórum, visitas técnicas, jogos.	Contingenciamento
	100% das competências da COLED revisadas até novembro/2009	Grupo de estudo para revisar as competências	Falta de pessoal na COLED
Aprimorar os fluxos e instrumentos dos processos de trabalho	2 formulários e instrumentos revisados até dezembro/2009	Criar formulário para a Gratificação (GDAIE)	Formulários de capacitação e estágio revisados
	1 processo informatizado até dezembro/2009	Adquirir sistema para avaliação de desempenho.	Não implementado
	30% dos gestores	Elaborar e executar um e	Contingenciamento

Desenvolver gestores e supervisores	participantes em ações em 2009	executar 1 programa de formação de gestores	
Desenvolver pessoas	3 ações voltadas para melhoria da avaliação de desempenho até novembro/2009	1- Sensibilização dos avaliadores; 1- Sensibilização dos avaliados	Realizado em forma de disseminação de conhecimento
	100% das competências organizacionais e essenciais mapeadas até abril/2009	Implementar o modelo gestão de competências;	Falta de pessoal na COLED
	Projeto de cidadania corporativa elaborado até dezembro/2009	Fazer grupo de estudo, capacitar a equipe sobre o tema.	- Contingenciamento; - Realizado uma minuta por meio de estudo dirigido internamento

Ressalta-se primeiramente, que a falta de recursos financeiros teve conseqüências no cumprimento das metas, uma vez que, muitas delas dependiam de recurso financeiro e capacitação da equipe, com vistas ao alcance dos objetivos propostos para o ano. Dentre as estratégias propostas no quadro acima, ressalta-se que frente às dificuldades encontradas, foram realizadas ações promovidas por agentes internos, com o objetivo de multiplicar conhecimentos. Ainda sobre a falta de recursos humanos, a Coordenação captou uma profissional (pedagoga) em outubro/2009 para agregar valor à equipe, de forma a alcançar os objetivos em 2010.

No que concerne à aquisição de um sistema para avaliação de desempenho, não foi possível cumpri-lo, devido à falta de pessoal da Coordenação de Modernização de Informática em executar o sistema em conjunto com esta coordenação.

A Coordenação Geral de Recursos também foi responsável pela execução das despesas com contratados por prazo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, com base na Lei nº 8.745/93, ocorridas no âmbito da ação 2272 dos programas.

Coordenação-Geral de Recursos Logísticos

A principal estratégia de atuação da CGLOG no exercício de 2009 foi a expansão da estrutura física das dependências do MCidades, pela locação de imóvel no Setor de Autarquias Sul de aproximadamente 17.000 m², bem como o planejamento estratégico de logística de mudança da sede, sem a paralisação das atividades institucional, e com o intuito de dar condições dignas de trabalho aos servidores, colaboradores e prestadores de serviços do órgão.

A mudança da sede se fez necessária pelas dificuldades do espaço físico ocupado pelo MCidades, no 1º, 2º e 3º andares do Bloco “A” da Esplanada dos Ministérios, área de aproximadamente 5.000 m², a qual era insuficiente para acomodar cerca de 950 pessoas, ou seja, 5,26 m² por pessoa, quando as normas técnicas recomendam 12m², além da estrutura precária. Situação que ocasionou diversos constrangimentos à administração ao nomear os primeiros servidores do quadro permanente do MCidades, por não haver condições mínimas de acolhimento.

Coordenação-Geral de Planejamento

A Coordenação-Geral de Planejamento coordenou a execução das atividades relacionadas com o Sistema Federal de Planejamento, observando as diretrizes do órgão central.

Inserida neste contexto atuou no monitoramento dos Sistemas de Informações Gerenciais – Sigplan e do Programa de Aceleração do Crescimento – SISPAC.

Exerceu as funções de coordenação da Unidade de Monitoramento de Avaliação – UMA, no âmbito do MCidades, respaldada pela Portaria nº 522, de 31 de outubro de 2008, estando entre as suas atribuições a de apoiar o Secretário-Executivo ou o seu equivalente no monitoramento dos indicadores de programa do Órgão.

Por intermédio da Portaria nº 458, de 12 de novembro de 2009, foi instituído um Grupo de Trabalho sob a coordenação desta Coordenação-Geral, objetivando definir e parametrizar indicadores de desempenho, controláveis e quantificáveis voltados para mensurar, acompanhar e avaliar sistematicamente os Programas geridos pelo Ministério, tanto nas ações custeadas por recursos do Orçamento Geral da União como para aquelas financiadas com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

Coordenou e consolidou ainda as propostas do Ministério para o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2010, a proposição qualitativa do Projeto de Lei Orçamentária Anual 2010, bem como a Revisão Anual do Cadastro de Ações 2009.

Realizou a revisão, a manutenção e a atualização do Cadastro de Usuários no SIGPlan, dos níveis de acesso necessários ao desempenho das atividades do órgão, em conformidade com os normativos legais vigentes.

Coordenou e consolidou os trabalhos que culminaram na publicação da Portaria nº 238, de 14 de julho de 2009, que alterou os anexos I, II, III e IV da Portaria nº 522, de 31 de outubro de 2008, identificando as unidades administrativas vinculadas aos programas e ações do PPA 2008-2011 sob a responsabilidade deste Ministério para o ano de 2009.

Orientou ainda os gerentes de programa no processo de Avaliação Anual do Plano Plurianual 2008 – 2011, ano base 2008.

Dentre outras atribuições orientou e consolidou os trabalhos para elaboração da Mensagem Presidencial, da Prestação de Contas do Presidente da República, além dos Manuais de Instruções para Contratação e Execução dos Programas e Ações deste Órgão.

Outra atribuição relevante foi a atuação na coordenação do Grupo de Trabalho, instituído através da Portaria nº 158, de 29 de abril de 2009, criado objetivando participar de todas as etapas de proposição das metas institucionais no processo de avaliação de desempenho para fins de pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade em Infra-Estrutura – GDAIE; estabelecer mecanismos de discussão sobre as metas propostas pelas Unidades do Ministério das Cidades; sugerir novas metas, quantitativos e produtos a serem atingidos, semestralmente, até 30 dias antecedentes ao início do ciclo vinturo; aferir e consolidar o atingimento das metas previstas para o período, em até 30 dias após a finalização

do ciclo a ser avaliado; e revisar, em caráter excepcional, as metas durante o período de avaliação, na hipótese de superveniência de fatores que influenciem significativamente e diretamente a sua consecução, desde que o órgão não tenha dado causa a tais fatores.

Os trabalhos do referido GT resultaram na publicação da Portaria nº 554, de 30 de dezembro de 2009, que divulgou o resultado da Avaliação de Desempenho Institucional para fins de cálculo do pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade em Infraestrutura, com base nas metas instituídas pela Portaria nº 157, de 29 de abril de 2009, bem como na publicação da Portaria nº 457, de 12 de novembro de 2009, que institui as metas de desempenho institucional, para fins de cálculo do pagamento de Gratificação de Desempenho de Atividade em Infraestrutura – GDAIE, devida aos servidores da carreira de Analista de Infra-Estrutura e do cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior, para os períodos de 1º de dezembro de 2009 a 31 de maio de 2010 e 1º de junho de 2010 a 30 de novembro de 2010.

A Coordenação-Geral de Planejamento assistiu ainda a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração-SPOA no âmbito de sua competência fornecendo-lhe subsídios necessários a uma boa gestão pública quando foi necessário.

Coordenação-Geral de Modernização e Informática

No âmbito do Desenvolvimento de Sistemas e Banco de Dados, segue a relação dos projetos concluídos em 2009 e dos projetos em andamento e manutenções.

Tabela 3 – Desenvolvimento de Sistemas e Banco de Dados: Projetos Concluídos

Sistema	Objetivo	Departamento
Consulta Prévia 2009	Receber informações sobre as demandas dos municípios a respeito de suas áreas de atuação.	Secretaria Nacional de Habitação, de Saneamento Ambiental e de Transporte e da Mobilidade Urbana
Sopersan- Carta Consulta SNSA	Receber informações das demandas Municípios/ Estados	Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental
Complementação- Carta Consulta SNSA	Receber informações das demandas Municípios/ Estados	Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental
Preconfu	Formulário para ficha de inscrição nos seminários regionais de mediação e prevenção de Conflitos fundiários urbanos	Secretaria Nacional de Programas Urbanos
Suporte	Migração da base de dados Mysql para Postgres / Inclusão e alteração de campos no formulário	Coordenação-Geral de Modernização e Informática
Banco de Talentos	Criação de cadastro de usuários para o sistema de Banco de Talentos em Java	Coordenação-Geral de Recursos Humanos
Refurb	Formulário de inscrição para Seminário- Regularização Fundiária Urbana no Brasil	Secretaria Nacional de Programas Urbanos
Serpasa	Formulário de inscrição para Seminário- Regionais do Panorama do Saneamento Básico no Brasil	Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental
Cobraja	Formulário de inscrição para Seminário- Internacional “Instrumentos Urbanísticos”	Secretaria Nacional de Programas Urbanos
Minha casa minha vida	Receber informações sobre as demandas dos municípios sobre o programa governamental “minha casa minha vida”	Secretaria Nacional de Habitação

Tabela 4 – Desenvolvimento de Sistemas e Banco de Dados – Projetos em Andamento e Manutenções

Sistema	Objetivo	Departamento
Sopersan- Carta Consulta SNSA	Receber informações das demandas Municípios/ Estados	Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental
HelpDesk	Atendimento ao usuário	MCidades
Sinacica	Inscrição para capacitação	Secretaria Executiva
Termo de Adesão	Cadastramento dos Municípios para repasse de verba na área de Habitação	Secretaria Nacional de Habitação
egroupware	O sistema deve permitir que usuários do Ministério tenham uma agenda corporativa, uma lista de contatos e emails eletrônicos que podem ser acessados via web	Coordenação-Geral de Modernização e Informática /MCidades
CprodWeb	Sistema de Documentação e Protocolo	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos-Divisão de Documentação, Arquivo e Acervo
Agenda	Sistema de agenda para Secretarias	Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental
Portal das Cidades	Portal com notícias e informações sobre o Ministério das Cidades	Todos
SADOC	Sistema que realiza acompanhamento e data de expiração de documentos	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Plano Diretor Participativo	Dados sobre o Plano Diretor Participativo	Secretaria Nacional de Programas Urbanos
HelpDesk	Auxiliar à equipe de suporte na execução e administração das atividades diárias.	Coordenação-Geral de Modernização e Informática /Suporte
Agenda	Sistema de agenda para Secretarias	Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental
Formulário de inscrição	Formulário de inscrição do seminário de saneamento	Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental
Intranet	Notícias e Informações internas ao Ministério das Cidades	MCidades
Consulta Prévia 2008	Receber informações sobre as demandas dos municípios a respeito de suas áreas de atuação.	Secretaria Nacional de Habitação, de Saneamento Ambiental e de Transporte e da Mobilidade Urbana
Sopersan- Carta Consulta SNSA	Receber informações das demandas Municípios/ Estados	Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental
ValeTransporte2009	Obter informações de vários municípios brasileiros sobre a utilização do vale transporte	Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana
Locação Social	Hotsite para divulgação e inscrição	Secretaria Nacional de Programas Urbanos
UrbFavelas	Formulário de inscrição para o seminário de Urbanização de Favelas	Secretaria Nacional de Habitação
Complementação-Carta Consulta SNSA	Receber informações das demandas Municípios/ Estados	Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental
Ddoc	Sistema de Protocolo	Departamento Nacional de Trânsito
Hotsite-trânsito consciente	Hotsite- trânsito Consciente	Departamento Nacional de Trânsito-Coordenação-Geral de Infra-Estrutura de Trânsito

Além das atividades relacionadas no quadro acima, foi realizada a carga do Sistema Nacional de Informações das Cidades – GEOSNIC com as informações enviadas pela Caixa Econômica Federal, assim como a manutenção das bases de dados do sistema presente no Ministério das Cidades. E também, estão sendo feitas as migrações dos sites do Programa de Modernização no Setor Saneamento – PMSS, Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, Qualidade e Produtividade do Habitat – PBQPH, Secretaria Nacional de Habitação e Resíduos Sólidos da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental.

A Coordenação vem buscando melhorar os serviços disponíveis no MCidades com a implementação de novas tecnologias para atender as diversas exigências e tratamento de segurança, dentre eles podemos citar:

Tabela 5 – Implementação de Novas Tecnologias

Projetos	Composição	Breve Descrição
Migração da Rede Local com Projeto Executivo, para a nova sede do Ministério das Cidades	20 switches B3H124/48 portas. 20 switches B3G124/24 portas. 20 switches B3G124/48 portas. 8 switches C3G124/24 portas 20 MGBIC-LC01 36 Cabos C2CAB-SHORT	A rede local de computadores do MCidades será implementada de forma a garantir alta disponibilidade, o tráfego de rede será segregado oferecendo-se desta forma controle de níveis de broadcast e segurança e serão disponibilizados dois caminhos de comunicação com o core da rede, o qual será responsável pela convergência da rede em caso de falha em algum link.
Migração dos serviços do CPD do subsolo para o novo local no SAS (Nova sede do Ministério)	14 Servidores Sun Fire v40z 11 Servidores Sun Fire x4100 01 Storedge Sun SE 3510 01 Robô Sun Storedge SL500 07 Servidores Dell Power 2850 02 Servidores Dell Power 6400 02 Switch Mcddata 4400 04 Rack's	Primeiramente a preparação do ambiente para receber os novos equipamentos, posteriormente a migração dos serviços em produção e por último o espelhamento dos servidores trazendo uma redundância e alta disponibilidade de serviços.
Elaboração da Política de Segurança	Normas de Segurança para a rede do MCidades; Normas de Utilização dos Recursos Computacionais; Norma de Uso das Contas de Correio Eletrônico; Norma de Uso da Rede; Normas para os Serviços DNS; Normas para Serviços e Servidores WWW;	O documento aborda a segurança da Rede Computacional do Ministério das Cidades em seus diversos aspectos, apresentando recomendações e ações que devem ser seguidas de forma a preservar o patrimônio e a informação, no que se refere aos setores computacionais e de comunicação, e a reputação do Ministério das Cidades.
Migração do domínio Sepurb para Cidades (Concluído em 2008)	Levantamento do quadro de servidores público, terceirizados e estagiários ativos no Mcidades. Inclusão dos dados na base de autenticação. Configuração das áreas de trabalho. Integração com servidor de fax corporativo e servidor de impressão.	Hoje contamos com duas bases de autenticação, sendo uma para e-mail e outra para login da rede. Com a unificação, poderemos integrar facilmente os usuários as novas tecnologia e melhoria na administração da conta dos mesmos e diminuição no custo de manter o espelhamento para dois servidores distintos.
Interconexão nova Sede		Solicitação junto ao Serpro, da instalação de sitch para a INFOVIA na nova sede do Ministério das Cidades, bem como a configuração de VPN entre os dois locais

Certificação Digital	Contrato junto ao SERPRO para fornecimento de Certificado Digital para equipamentos www.cidades.gov.br e webmail.cidades.gov.br	
Centralização de Bases de Dados	Levantamento das bases de dados utilizadas no Ministério e SGBD's utilizados hoje possuam MySQL, Postgres e MS SQL.	Estamos migrando as bases de dados todas para o Postgres
Centralização e Espelhamento do Servidor de Aplicação	Levantamento das Aplicações Web utilizadas no Ministério.	Todas as aplicações estão sendo migradas para um único servidor de aplicação, a TERESINA que possui um servidor espelho denominado OLINDA, que assume os serviços em caso de queda do servidor principal.
Consolidação do Servidor de Arquivos	Levantamento do consumo de espaço dos Setores, nos servidores de arquivo hoje em funcionamento.	Migração para o novo servidor de arquivos denominado RIO2, onde ficarão centralizados todos os arquivos do Ministério, servidor este com cota, antivírus e controle de acesso.
Criação de Servidor WSUS, para atualização automática das máquinas Windows	Levantamento das necessidades de atualizações críticas fornecidas pela Microsoft que não eram executadas e instaladas pelos usuários do Ministério.	Hoje as atualizações são baixadas por um servidor central e distribuídas e automaticamente instaladas nas máquinas dos usuários, sem que os mesmos necessitem intervir.
Aplicações Externas implantadas no Ministério	Aquisição de Ferramentas de Empresas Externas.	Dentre as aplicações que foram colocadas em funcionamento no Ministério das Cidades no ano de 2008, podemos descrever: PROCESS, CEPAR, GEOSNIC.
Projetos Iniciados e Não concluídos por falta de verba ou impossibilitados	Aquisição de Equipamentos descontinuados por motivos aleatórios.	No ano de 2008, tivemos problemas com a renovação do contrato de locação dos servidores corporativos utilizados no Ministério das Cidades, fizemos tentativas no intuito de fecharmos outro contrato de locação ou de aquisição sem no entanto obtivermos sucesso.
Consolidação de e-mail's institucionais e listas de distribuição	Levantamento das listas de distribuição do Ministério.	Foi feito um estudo onde constatamos todos os usuários, administradores e moderadores de listas de distribuição de e-mail's, que foram atualizadas e migradas para o servidor de listas denominado MAILMAN.
Implantação de servidor IPS/IDS	HLBR – Hogwash Light BR	Foi colocado no ar servidor de IPS para detectar tráfego anômalo e tratá-lo, bloqueando possíveis tentativas de acesso indevido.

Com o cenário existente, a maioria dos serviços e servidores com serviços redundantes e alta disponibilidade, ou seja, serviços críticos como Web, DNS interno/externo, DHCP, PDC, Banco de Dados necessitam de manutenções preventivas, seja em seus hardwares ou em seus sistemas operacionais.

Por outro lado, a gestão de capacidade de armazenamento, listas de mensagens eletrônicas, hospedagem de web também requerem atenção continuada, conforme a seguir discriminado:

Tabela 6 – Servidores x Serviços x Breve Descrição

Servidores / SO	Serviços	Breve Descrição
Campinas (Windows)	AD / CIDADES	Autenticação de acesso por meio de login e senha para os computadores.
Cafelandia (Windows)	BDC / CIDADES	Autenticação de acesso por meio de login e senha para os computadores.
Belem (Linux/Debian)	E-mail e Listas	Envio e recebimento de e-mail, anti-spam, anti-vírus, anti-spyware e hospedagem de listas de discussão.
Manaus (Linux/Debian)	Arquivo	Armazenamento de arquivos
Rio (Linux/Debian)	Arquivo	Armazenamento de arquivos
Rio2 (Linux/Debian)	Servidor de Arquivos	Armazenamento de arquivos
Macapa (Linux/Debian)	Web Linux, Intranet e Banco de Dados	Hospedagem do Sítio www2.cidades.gov.br , formulário e toda a Intranet. (Sendo Migrado)
Anapolis (Linux/Debian)	DNS Externo Master	Resolver endereços de rede(IPs) em nomes e vice-versa para acesso a internet, e-mail e listas.
Alexania (Linux/Debian)	DNS Externo Slave	Em caso de falha do DNS-Externo-Master irá responder por ele.
Florianopolis (Windows)	Fax Corporativo	Integração de fax com os usuários por e-mail e impressoras
Saopaulo (Windows)	Web Window, Legados e Banco de dados	Hospedagem de do Sítio www.cidades.gov.br/pncda , legados e base de dados SQL-Server.
Salvador (Windows)	Impressão CTIS	Impressão corporativas integrando segurança as impressões, controle de uso e monitoramento dos arquivos imprimidos.
Uberada (Linux/Debian)	Proxy, Filtro de Pacotes e Cache	Disponibilidade da Internet para os usuários, com restrição a alguns sites pelo filtro de pacotes e armazenamento de URL's
Tibau (Linux/Debian)	Servidor de Arquivos CODOC	Armazenamento de imagens digitalizadas pelo Protocolo.
Teresina (Windows)	ServidorWeb, Webmail	Servidor de Aplicação, onde foram migrados os sistemas utilizados no Ministério.
Fortaleza (Linux/Debian)	LDAP/ServidorWeb	Autenticação de acesso por meio de login e senha para uso do e-mail, bem como o sistema GeoSnic
Portoalegre (Linux/Debian)	Backup	Copia de segurança dos arquivos, base de dados e sistemas críticos incremental na semana e completo no fim de semana.
Bauru (Linux/Debian)	Firewall	Segurança da Rede do ministério, e demais servidores.
Boa Vista (Linux/Debian)	Banco de Dados	Base de Dados
Catalão e Ilheus (Linux/Debian)	Documentação e Gerencia de Servidores	Documentação da CGMI, e monitoração dos servidores com o programa Zabbix.
Cristalina (Linux/Debian)	Banco de Dados	Banco de Dados Postgress.
Espirito Santos (Linux/Debian)	Servidor de E-mail	Envio e recebimento de e-mail, anti-spam, anti-vírus, anti-spyware e hospedagem de listas de discussão.
HLBR (Linux/Debian)	HLBR	IDS/IPS
Natal (Linux/Debian)	Jakarta (almoxarifado)	Base de dados com tomcat para sistema utilizado nos pedidos de materiais do almoxarifado.
Uberlandia (Linux/Debian)	DNS Interno Master / DHCP	Resolução de endereços de rede para nomes de servidores e computadores interno, delegação de endereços lógicos para os computadores se interligarem a rede do Mcidades.
Niteroi (Linux/Debian)	DNS Interno Slave/NTP Server	Em caso de falha do DNS-Interno-Master irá responder por ele, NTP: servidor de hora para sincronizar todos os servidores com a mesma hora.
São Luiz	Portal Web (Plone-Zope-Python)	Hospedagem do Sítio www.cidades.gov.br , formulário e

(Linux/Debian)		toda a Intranet.
Recife (Linux/Debian)	Backup	Cópia de segurança dos servidores, base de dados e sistemas críticos incremental durante a semana e completo no fim de semana.
Goiânia (Linux/Debian)	SVN	Servidor de controle de versão, para aplicações e ferramentas utilizadas no Ministério das Cidades.

Abaixo a relação de acesso a páginas hospedadas no Ministério.

Login: ascom

Senha: ascom

Servidor Macapa

www2.cidades.gov.br

<http://macapa/awstats/awstats.pl?config=www2.cidades.gov.br>

Servidor Fortaleza

Geosnic

<http://fortaleza/awstats/awstats.pl?config=fortaleza.cidades.gov.br>

Servidor Teresina/Olinda

www4.cidades.gov.br

<https://www4.cidades.gov.br/awstats/awstats.pl?config=www4.cidades.gov.br>

Webmail

<https://www4.cidades.gov.br/awstats/awstats.pl?config=webmail.cidades.gov.br>

Servidor Belem

Listas

<http://listas.cidades.gov.br/awstats/awstats.pl?config=listas.cidades.gov.br>

As atividades de suporte exercidas em 2009 pela Coordenação foram:

- Cadastro do Parque Computacional;
- Mudança para o novo prédio;
- Atualização do Parque Computacional (Hardware);
- Configuração de Perfil de Usuários;
- Upgrade de Memória no Parque Computacional;
- Aquisição de hardware para backup em estações de trabalho;
- Alteração de segurança em estações de trabalho;
- Manutenção do Servidor de impressão
- Aquisição de estações de trabalho para Usuários;
- Disponibilização de maior horário de atendimento aos usuários;
- Verificação corretiva dos equipamentos de informática;
- Divulgação e manutenção de padrões e normas técnicas de utilização dos softwares padrões do Ministério das Cidades;
- Execução dos procedimentos de manutenção dos componentes de informática;
- Estudo e implantação de novas tecnologias na utilização e instalação de software e hardware;
- Aquisição de Novos Notebooks para o Moidades.

A Assessoria da Coordenação – Geral de Modernização e Informática atuou como

intermediadora das contratações e aquisições do Ministério das Cidades, tendo como papel fundamental viabilizar os anseios das áreas deste órgão.

A Assessoria foi responsável pelo controle de processos, gestão de contratos de TI, elaboração de notas técnicas, ateste de notas fiscais, elaboração e revisão de PDTI biênio 2009/10, elaboração de portaria para a criação e composição do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, além da portaria que institui o Comitê Gestor de Segurança da Informação.

Além disso, a Assessoria subsidia o Coordenador – Geral de Modernização e Informática em reuniões, seminários, apresentações, entre outras, tarefas designadas pelo mesmo.

Tabela 7 – Assessoria Interna: Atividades em 2009

OBJETO	Nº DO PROCESSO
Aquisição de 270 microcomputadores	80.000.040757/2009-11
Aquisição de equipamentos para Videoconferência	80.000.032687/2009-28
Aquisição de licença de software Vmware	80.000.019623/2009-31
Aquisição de equipamentos de informática licenças	80.000.029274/2009-66
Aquisição de licenças suíte de escritório	80.000.030325/2009-11
Aquisição de software para gestão pública por indicadores	80.000.040136/2009-38
Aquisição de licença de software para acompanhamento de propostas e execução orçamentária e financeira Padrão IX	80.000.040314/2009-21
Aquisição de notebook	80.000.030457/2009-24
Aquisição de solução de gestão e gerenciamento de recursos de TI	80.000.040681/2009-24
Aquisição de licenças de uso e atualização de versão de software	80.000.041889/2009-61
Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva para os equipamentos de informática	80.000.017205/2009-29
Serviço de impressão, digitalização e fax	80.000.025001/2009-49
Suporte e manutenção do sistema Process	80.000.016045/2009-81
Contratação de empresa especializada na implantação da sala cofre	80.000.041849/2009-19
Contratação de serviços de construção e desenvolvimento do portal eletrônico para as ações do programa nacional de capacitação das cidades-PNCC	80.000.020324/2008-69
Contração de empresa especializada para prestação de serviço de tecnologia da informação e comunicação INFOVIA	80.000.023236/2009-08

2.3. Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.3.1. Relação dos Programas

2.3.1.1. Programa 0310 – Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano

Tabela 8 – Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral	Formular e implementar a Política e o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano e as Políticas Setoriais do Ministério, de forma integrada, com participação da sociedade e entes federados, de acordo com o Estatuto da Cidade.
Objetivos específicos	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas de desenvolvimento urbano, habitação, saneamento básico e ambiental, transporte urbano e trânsito.
Gerente do Programa	Rodrigo José Pereira-Leite Figueiredo
Gerente Executivo	Elcione Macedo Diniz
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Rodrigo José Pereira-Leite Figueiredo
Indicadores ou parâmetros utilizados para	Não há indicadores
Público – alvo (beneficiários)	Governo

2.3.2. Principais Ações do Programa

2.3.2.1. Programa 0310 – Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano

2.3.2.1.1. Ação 1B00 – Implantação do Sistema Nacional de Informações das Cidades – SNIC

Tabela 09 – Dados Gerais da Ação 1B00

Tipo	Projeto
Finalidade	Fortalecer a capacidade do Ministério das Cidades de produzir, disponibilizar e compartilhar dados e informações municipais com atores urbanos – poder público, parceiros e sociedade, dotando os municípios de condições para viabilizar formulação, gestão e acompanhamento de políticas públicas locais.
Descrição	Levantamento de necessidades de informação, obtenção e produção de dados e informações, organização e recuperação de dados e informações por meio de sistema de informações geográficas, disseminação de informações por meio da web e modos tradicionais (documentos impressos). Desenvolvimento do SIG – Sistema de Informação Geográfica, baseado em software livre, para apoiar os municípios em suas políticas públicas. Sistematização e disponibilização de informações dos programas e ações executados pelo Ministério das Cidades, tanto para consultas internas quanto para externas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria Executiva
Coordenador nacional da ação	Elcione Diniz
Unidade Executora	Diretoria de Desenvolvimento Institucional-DDI*

*Conforme portaria nº238, de 14 de julho de 2009.

O SNIC é um sistema integrado de informações que além de permitir um melhor planejamento e controle das ações por parte do Ministério das Cidades, disponibiliza informações às administrações municipais e aos cidadãos, viabilizando o planejamento urbano local e o controle da aplicação do recurso público. A implementação do sistema passa pela disponibilização, via internet, de dados geo-referenciados, por meio de tecnologias abertas e de uso livre, em consonância com a orientação do Governo Federal, a fim de garantir uma maior interoperabilidade entre os sistemas de informações, possibilitando auditorias aos códigos-fonte dos programas visando preservar a segurança e privacidade dos dados e diminuindo os custos com licenças de softwares, entre outros.

O sistema reúne em uma única base de dados, informações de diversas fontes, tais como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Tesouro Nacional, Banco Central do Brasil – BACEN, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. PNUD, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, Banco de dados do Sistema Único de Saúde – DATASUS, Tribunal Superior Eleitoral – TSE etc, totalizando mais de 800 indicadores para cada município brasileiro, bem como dados de acompanhamento dos seus contratos.

Tabela 10 – Ação 1B00: Metas e Resultados da Ação no Exercício

Meta	LOA + Créditos	Realizado	Realizado/LOA+Créditos %
Financeira	R\$ 1.619.427	R\$ 628.868	38,83
Física	5	5	100

Produto: % sistema implantado

Fonte: Sistema de Informações Gerencias e de Planejamento - SIGPLAN

Na coluna relativa aos valores financeiros "Realizado" estão registrados apenas os valores referentes a despesas liquidadas, excluído a Liquidação Forçada dos RAPs não processados.

2.3.2.1.2. Ação 4055 – Formulação e Acompanhamento da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

Tabela 11 – Dados Gerais da Ação 4055

Tipo	Atividade
Finalidade	Formular e acompanhar a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, bem como as políticas setoriais que a compõem e a sua projeção no plano internacional.
Descrição	Desenvolvimento de planos e estudos, pesquisas, projetos, capacitação, eventos e publicações que subsidiem a formulação, o acompanhamento e a atualização da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, compatibilizando e atualizando suas metas, bem como as ações de cooperação internacional do Ministério.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria Executiva
Coordenador nacional da ação	Elcione Diniz
Unidade Executora	Diretoria de Desenvolvimento Institucional-DDI*

*Conforme portaria nº238, de 14 de julho de 2009.

Tabela 12 – Ação 4055: Metas e Resultados da Ação no Exercício

Meta	LOA + Créditos	Realizado	Realizado/LOA+Créditos %
Financeira	R\$ 2.423.000	R\$ 2.170.637	89,58
Física	6	28	466,67

Produto: projeto realizado

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN

Na coluna relativa aos valores financeiros "Realizado" estão registrados apenas os valores referentes a despesas liquidadas, excluído a Liquidação Forçada dos RAPs não processados.

2.3.2.1.3. Ação 4420 – Funcionamento do Conselho das Cidades

Tabela 13 – Dados Gerais da Ação 4420

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Custear a instalação e a manutenção das atividades do Conselho das Cidades e de suas Câmaras Setoriais.
Descrição	Manutenção das atividades inerentes ao Conselho das Cidades por intermédio da promoção de encontros, reuniões, seminários e conferências e realização de publicações de apoio.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria Executiva
Coordenador nacional da ação	Elcione Diniz Macedo
Unidade Executora	Diretoria de Desenvolvimento Institucional – DDI/SE*

*Conforme portaria nº238, de 14 de julho de 2009.

Esta ação tem como objetivo viabilizar o funcionamento do Conselho das Cidades e do processo das Conferências das Cidades (nacional, estadual e municipal), visando à elaboração e execução da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Tabela 14 – Ação 4420: Metas e Resultados da Ação no Exercício

Meta	LOA + Créditos	Realizado	Realizado/LOA+Créditos %
Financeira	R\$ 1.695.220	R\$ 1.654.867	97,62
Física	1	1	100

Produto: conselho mantido

Fonte: Sistema de Informações Gerencias e de Planejamento - SIGPLAN

Na coluna relativa aos valores financeiros "Realizado" estão registrados apenas os valores referentes a despesas liquidadas, excluído a Liquidação Forçada dos RAPs não processados.

2.3.2.1.4. Ação 4511 – Remuneração às Instituições Financeiras Públicas pela Operacionalização de Projetos de Desenvolvimento Urbano

Tabela 15 – Dados Gerais da Ação 4511

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar a execução e o acompanhamento de ações de saneamento, habitação e infraestrutura urbana.
Descrição	Remuneração a instituições financeiras públicas que operam programas de interesse governamental voltados ao saneamento básico, à redução do déficit habitacional e à melhoria da infra-estrutura urbana.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria Executiva
Coordenador nacional da ação	Octavio Luiz Leite Bitencourt
Unidade Executora	Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças*

*Conforme portaria nº238, de 14 de julho de 2009.

Tabela 16 – Ação 4511: Metas e Resultados da Ação no Exercício

Meta	LOA + Créditos	Realizado	Realizado/LOA+Créditos %
Financeira	R\$ 150.000	R\$ 0	0
Física	1	0	0

Produto: instituição financeira remunerada

Fonte: Sistema de Informações Gerencias e de Planejamento - SIGPLAN

Na coluna relativa aos valores financeiros "Realizado" estão registrados apenas os valores referentes a despesas liquidadas, excluído a Liquidação Forçada dos RAPs não processados.

2.3.2.1.5. Ação 4572 – Capacitação dos Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Tabela 17 – Dados Gerais da Ação 4572

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria Executiva
Coordenador nacional da ação	Alessandra Rodrigues Oliveira Mesquita
Unidade Executora	Coordenação de Legislação, Desenvolvimento e Capacitação

*Conforme portaria nº238, de 14 de julho de 2009.

Tabela 18 – Ação 4572: Metas e Resultados da Ação no Exercício

Meta	LOA + Créditos	Realizado	Realizado/LOA+Créditos %
Financeira	R\$ 425.688	R\$ 112.258	26,37
Física	674	255	37,83

Produto: servidor capacitado

Fonte: Sistema de Informações Gerencias e de Planejamento - SIGPLAN

Na coluna relativa aos valores financeiros "Realizado" estão registrados apenas os valores referentes a despesas liquidadas, excluído a Liquidação Forçada dos RAPs não processados.

2.3.2.1.6. Ação 8785 – Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC

Tabela 19 – Dados Gerais da Ação 8785

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos para contabilizar os gastos com a gestão do Programa de Aceleração do Crescimento- PAC, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do PAC.
Descrição	Esses gastos compreendem as seguintes despesas em apoio à implementação do PAC: serviços administrativos; aquisição, manutenção e uso de frota veicular; aquisição de mobiliário, tecnologia da informação (contratação de serviços, aquisição de hardware e software); sistemas de informações gerenciais; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); capacitação de agentes envolvidos com a viabilização dos empreendimentos, serviços de consultoria técnica, pesquisa de satisfação e monitoramento e avaliação da implantação e funcionamento dos empreendimentos e demais atividades necessárias à gestão dos empreendimentos do PAC, no âmbito do próprio Órgão e/ou em parceria com outras entidades do Governo Federal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria Executiva
Coordenador nacional da ação	Magda Oliveira de Myron Cardoso
Unidade Executora	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração*

*Conforme portaria nº238, de 14 de julho de 2009.

Tabela 20 – Ação 8785: Metas e Resultados da Ação no Exercício

Meta	LOA + Créditos	Realizado	Realizado/LOA+Créditos %
Financeira	R\$ 10.500.000	R\$ 8.962.952	85,36
Física	-	-	-

Produto: -

Fonte: Sistema de Informações Gerencias e de Planejamento – SIGPLAN

Na coluna relativa aos valores financeiros "Realizado" estão registrados apenas os valores referentes a despesas liquidadas, excluído a Liquidação Forçada dos RAPs não processados.

2.3.2.1.7. Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

Tabela 21 – Dados Gerais da Ação 2272

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos

	órgãos da União; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Programa sob a responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Coordenador nacional da ação	Magda Oliveira de Myron Cardoso
Unidade Executora	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração*

*Conforme portaria nº238, de 14 de julho de 2009.

Tabela 22 – Ação 2272: Metas e Resultados da Ação no Exercício

Meta	LOA + Créditos	Realizado	Realizado/LOA+Créditos %
Financeira	1.000.000	922.354	92,24
Física	-	-	-

Produto: -

Fonte: Sistema de Informações Gerencias e de Planejamento - SIGPLAN

Na coluna relativa aos valores financeiros "Realizado" estão registrados apenas os valores referentes a despesas liquidadas, excluído a Liquidação Forçada dos RAPs não processados.

2.3.2.2. Programa 0750 – Apoio Administrativo

2.3.2.2.1. Ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Tabela 23 – Dados Gerais da Ação 09HB

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art.8º da Lei 10.887, de 18 de junho de 2004.
Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art.8º da Lei 10.887, de 18 de junho de 2004.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Programa sob a responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Coordenador nacional da ação	Edna Amorim
Unidade Executora	Coordenação-Geral de Recursos Humanos*

*Conforme portaria nº238, de 14 de julho de 2009.

Tabela 24 – Ação 09HB: Metas e Resultados da Ação no Exercício

Meta	LOA + Créditos	Realizado	Realizado/LOA+Créditos %
Financeira	R\$ 2.923.976	R\$ 2.923.381	99,98
Física	-	-	-

Produto: -

Fonte: Sistema de Informações Gerencias e de Planejamento - SIGPLAN

Na coluna relativa aos valores financeiros "Realizado" estão registrados apenas os valores referentes a despesas liquidadas, excluído a Liquidação Forçada dos RAPs não processados.

2.3.2.2.2. Ação 2000 – Administração da Unidade

Tabela 25 – Dados Gerais da Ação 2000

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 – Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 – Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Programa sob a responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Coordenador nacional da ação	Magda Oliveira de Myron Cardoso
Unidade Executora	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração*

*Conforme portaria nº238, de 14 de julho de 2009.

Tabela 26 – Ação 2000: Metas e Resultados da Ação no Exercício

Meta	LOA + Créditos	Realizado	Realizado/LOA+Créditos %
Financeira	R\$ 71.706.356	R\$ 57.564.765	80,28
Física	-	-	-

Produto: -

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN

Na coluna relativa aos valores financeiros "Realizado" estão registrados apenas os valores referentes a despesas liquidadas, excluído a Liquidação Forçada dos RAPs não processados.

2.3.2.2.3. Ação 2003 – Ações de Informática

Tabela 27 – Dados Gerais da Ação 2003

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal.
Descrição	Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de

	informática (consultoria, infra-estrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e softwares.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Programa sob a responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Coordenador nacional da ação	Eduardo Costa Lima Silva
Unidade Executora	Coordenação-Geral de Modernização e Informática*

*Conforme portaria nº238, de 14 de julho de 2009.

Tabela 28 – Ação 2003: Metas e Resultados da Ação no Exercício

Meta	LOA + Créditos	Realizado	Realizado/LOA+Créditos %
Financeira	R\$ 7.195.220	R\$ 2.239.243	31,12
Física	-	-	-

Produto: -

Fonte: Sistema de Informações Gerencias e de Planejamento - SIGPLAN

Na coluna relativa aos valores financeiros "Realizado" estão registrados apenas os valores referentes a despesas liquidadas, excluído a Liquidação Forçada dos RAPs não processados.

2.3.2.2.4. Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Tabela 29 – Dados Gerais da Ação 2004

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas, condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Programa sob a responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Coordenador nacional da ação	Sebastiana Gonçalves Santos
Unidade Executora	Coordenação de Benefícios*

*Conforme portaria nº238, de 14 de julho de 2009.

Tabela 30 – Ação 2004: Metas e Resultados da Ação no Exercício

Meta	LOA + Créditos	Realizado	Realizado/LOA+Créditos %
Financeira	R\$ 253.650	R\$ 243.256	95,90
Física	233	312	133,91

Produto: pessoa beneficiada

Fonte: Sistema de Informações Gerencias e de Planejamento - SIGPLAN

Na coluna relativa aos valores financeiros "Realizado" estão registrados apenas os valores referentes a despesas liquidadas, excluído a Liquidação Forçada dos RAPs não processados.

2.3.2.2.5. Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Tabela 31 – Dados Gerais da Ação 2010

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de

	atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93.
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar, conforme dispõe o Decreto 977/93.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Programa sob a responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Coordenador nacional da ação	Elacir Araújo de Carvalho
Unidade Executora	Coordenação de Pagamento de Pessoal*

*Conforme portaria nº238, de 14 de julho de 2009.

Tabela 32 – Ação 2010: Metas e Resultados da Ação no Exercício

Meta	LOA + Créditos	Realizado	Realizado/LOA+Créditos %
Financeira	R\$ 58.086	R\$ 50.209	86,44
Física	27	44	162,96

Produto: criança atendida

Fonte: Sistema de Informações Gerencias e de Planejamento - SIGPLAN

Na coluna relativa aos valores financeiros "Realizado" estão registrados apenas os valores referentes a despesas liquidadas, excluído a Liquidação Forçada dos RAPs não processados.

2.3.2.2.6. Ação 2011 – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados

Tabela 33 – Dados Gerais da Ação 2011

Tipo	Atividade
Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
Descrição	Pagamento de auxílio transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Programa sob a responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Coordenador nacional da ação	Elacir Araújo de Carvalho
Unidade Executora	Coordenação de Pagamento de Pessoal*

*Conforme portaria nº238, de 14 de julho de 2009.

Tabela 34 – Ação 2011: Metas e Resultados da Ação no Exercício

Meta	LOA + Créditos	Realizado	Realizado/LOA+Créditos %
Financeira	R\$ 315.000	R\$ 308.823	98,04
Física	236	425	180,44

Produto: servidor beneficiado

Fonte: Sistema de Informações Gerencias e de Planejamento - SIGPLAN

Na coluna relativa aos valores financeiros "Realizado" estão registrados apenas os valores referentes a despesas liquidadas, excluído a Liquidação Forçada dos RAPs não processados.

2.3.2.2.7. Ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Tabela 35 – Dados Gerais da Ação 2012

Tipo	Atividade
Finalidade	Conceder o auxílio alimentação, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a lei 9527/97, ou mediante requisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio de manutenção de refeitório.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Programa sob a responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Coordenador nacional da ação	Elacir Araújo de Carvalho
Unidade Executora	Coordenação de Pagamento de Pessoal*

*Conforme portaria nº238, de 14 de julho de 2009.

Tabela 36 – Ação 2012: Metas e Resultados da Ação no Exercício

Meta	LOA + Créditos	Realizado	Realizado/LOA+Créditos %
Financeira	R\$ 848.814	R\$ 764.178	90,03
Física	300	361	120,44

Produto: servidor beneficiado

Fonte: Sistema de Informações Gerencias e de Planejamento - SIGPLAN

Na coluna relativa aos valores financeiros "Realizado" estão registrados apenas os valores referentes a despesas liquidadas, excluído a Liquidação Forçada dos RAPs não processados.

2.3.2.2.8. Ação 20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos

Tabela 37 – Dados Gerais da Ação 20CW

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores e empregados condições pra manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Realização dos exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Programa sob a responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Coordenador nacional da ação	Sâmya Valeska Pedreira Oliveira
Unidade Executora	Coordenação de Benefício e Assistência ao Servidor*

*Conforme portaria nº238, de 14 de julho de 2009.

Tabela 38 – Ação 20CW: Metas e Resultados da Ação no Exercício

Meta	LOA + Créditos	Realizado	Realizado/LOA+Créditos %
Financeira	R\$ 6.555,00	0	0
Física	-	-	-

Produto: -

Fonte: Sistema de Informações Gerencias e de Planejamento – SIGPLAN

Na coluna relativa aos valores financeiros "Realizado" estão registrados apenas os valores referentes a despesas liquidadas, excluído a Liquidação Forçada dos RAPs não processados.

2.3.2.3. Programa 1136 – Fortalecimento da Gestão Urbana

2.3.2.3.1. Ação 8872 – Apoio à Capacitação de Gestores Municipais e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano

Tabela 39 – Dados Gerais da Ação 8872

Tipo	Atividade
Finalidade	Capacitar agentes públicos e sociais para a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e desenvolver ações de apoio ao setor público municipal e estadual para o desenvolvimento institucional e a implementação de sistemas de informação.
Descrição	O apoio aos municípios é realizado por meio de atividades de capacitação promovidas pelo Ministério das Cidades no âmbito do Programa Nacional de Capacitação das Cidades que visem ao apoio à formação de quadros técnicos das Prefeituras Municipais e de órgãos dos governos estaduais e federal; à formação de agentes sociais e conselheiros do Conselho das Cidades e de conselhos municipais e estaduais afetos à política urbana; à promoção do planejamento e da realização de cursos que divulguem experiências de participação e controle social e de metodologias desenvolvidas por instituições nacionais e internacionais com experiência na área; à realização de seminários nacionais e internacionais nos quais sejam discutidas as possibilidades e limites de operação de formas de gestão metropolitana ou intermunicipal; à prestação de assessoria ao desenvolvimento de planos, programas e ações locais, desde que a atividade se constitua também em promoção da formação das equipes locais; à divulgação de experiências bem-sucedidas de gestão municipal, de gestão compartilhada inter-municipal e das formas existentes de gestão de serviços urbanos operados pelos estados; à promoção da articulação dos programas e ações federais voltados para o desenvolvimento institucional dos municípios que abrangem as áreas de habitação, saneamento ambiental, legislação urbanística, planejamento do uso e ocupação do solo, regularização fundiária e mobilidade, transporte e trânsito, valorizando as competências de cada órgão e otimizando recursos; e à realização de atividades necessárias para subsidiar o programa, como a promoção de estudos específicos, publicação de livros e revistas e produção de material de divulgação. Pela abrangência territorial, a estratégia de capacitação visa atender a todos os municípios da Federação em atividades conjuntas, regionais ou nacionais. De acordo com as diretrizes dos programas de cada um dos órgãos e Secretarias Nacionais do Ministério das Cidades e do público-alvo a ser capacitado, organiza-se e divulga-se o calendário das atividades, que são implementadas em todas as regiões do país.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério das Cidades
Coordenador nacional da ação	Elcione Diniz Macedo
Unidade Executora	Diretoria de Desenvolvimento Institucional – DDI/SE*

*Conforme portaria nº238, de 14 de julho de 2009.

O apoio aos municípios é realizado por meio de atividades de capacitação promovidas pelo Ministério das Cidades que visem ao apoio à formação de quadros técnicos das Prefeituras Municipais e de órgãos dos governos estaduais e federal; à formação de agentes sociais e conselheiros do Conselho das Cidades e de conselhos municipais e estaduais afetos à política urbana; à promoção do planejamento e da realização de cursos que divulguem experiências de participação e controle social e de metodologias desenvolvidas por instituições com experiência na área; à realização de seminários nos quais sejam discutidas as possibilidades e limites de operação de formas de gestão metropolitana ou intermunicipal; à prestação de assessoria ao desenvolvimento de planos, programas e ações locais, desde que a

atividade se constitua também em promoção da formação das equipes locais; à divulgação de experiências bem-sucedidas de gestão municipal, de gestão compartilhada inter – municipal e das formas existentes de gestão de serviços urbanos operados pelos estados; à promoção da articulação dos programas e ações federais voltados para o desenvolvimento institucional dos municípios que abrangem as áreas de habitação, saneamento ambiental, legislação urbanística, planejamento do uso e ocupação do solo, regularização fundiária e mobilidade, transporte e trânsito, valorizando as competências de cada órgão e otimizando recursos; e à realização de atividades necessárias para subsidiar o programa, como a promoção de estudos específicos, publicação de livros e revistas e produção de material de divulgação.

Tabela 40 – Ação 8872: Metas e Resultados da Ação no Exercício

Meta	LOA + Créditos	Realizado	Realizado/LOA+Créditos %
Financeira	R\$ 1.408.000	R\$ 505.454	35,90
Física	36.000	10.141	28,17

Produto: pessoa capacitada

Fonte: Sistema de Informações Gerencias e de Planejamento - SIGPLAN

Na coluna relativa aos valores financeiros "Realizado" estão registrados apenas os valores referentes a despesas liquidadas, excluído a Liquidação Forçada dos RAPs não processados.

2.4. Desempenho Operacional

2.4.1. Programação Orçamentária

Tabela 41 – Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério das Cidades	56101	560003

Tabela 42 – Programação de Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009
L O A	Dotação proposta pela UO	16.604.730	22.008.428	12.682.918	10.953.429	47.563.685	63.920.380
	PLOA	16.604.730	22.008.428	12.682.918	10.953.429	47.563.685	63.920.380
	LOA	16.604.730	22.008.428	12.682.918	10.953.429	37.271.122	39.756.839
C R É D I T O S	Suplementares		6.279.196	14.050.000		6.317.854	24.443.670
	Especiais	Abertos					6.555
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					22.645.451
		Reabertos					
	Créditos Cancelados				-308.012		-1.084.300
Outras Operações							
Total		22.883.926	36.058.428	12.374.906	10.953.429	65.150.127	60.070.564

A coluna Juros e Encargos da Dívida se refere à ação 0284 – Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa.

Tabela 43 – Programação de Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital	
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO	1.948.000	6.400.000			29.700.000	30.780.000
	PLOA	1.948.000	6.400.000			29.700.000	30780.000
	LOA	1.948.000	6.400.000			29.700.000	30.780.000
CRÉDITOS	Suplementares		1.000.000				
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos	35.110.070				
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						-490.588
Outras Operações							
Total		38.058.070	6.400.000			29.209.412	24.416.000

Tabela 44 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO	64.168.415	85.928.808	1.948.000	6.400.000		
	PLOA	64.168.415	85.928.808	1.948.000	6.400.000		
	LOA	53.875.852	61.765.267	1.948.000	6.400.000		
CRÉDITOS	Suplementares		12.597.050	38.493.670	1.000.000		
	Especiais	Abertos		6.555			
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos	22.645.451		35.110.070		
		Reabertos					
	Créditos Cancelados		-1.084.300	-4.136.500			
Outras Operações							
Total		88.034.053	96.128.992	38.058.070	6.400.000		

A coluna Juros e Encargos da Dívida se refere à ação 0284 – Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa.

No Exercício 2009, foram propostos R\$ 85, 9 milhões para as ações da Secretaria Executiva relacionadas às despesas correntes. Na tramitação do Projeto de Lei Orçamentária Anual no Congresso Nacional, foram cancelados R\$ 24,1 milhões. No sentido de recompor estas dotações orçamentárias, o Ministério solicitou créditos suplementares no montante de R\$ 38,5 milhões. Com relação às despesas de capital, os valores propostos foram aprovados sem maiores dificuldades.

Tabela 45 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos	153062	1512603101B000001			40.000
		153065	1512603101B000001			39.968
		180002	15122075020000001			4.043.946
		240005	15121031040550001			98.500
		114601	15122031087850001			1.724.743
		254420	15122031087850001			290.266
		275059	15122031087850001			120.000
	153080	15121113688720001			39.920	
	Recebidos	153014	1512603101B000001			38.663
		153028	1512603101B000001			38.752
		153032	1512603101B000001			40.000
		153033	1512603101B000001			30.028
		153037	1512603101B000001			40.000
		153038	1512603101B000001			39.996
		153046	1512603101B000001			15.000
		153056	1512603101B000001			37.860
		153063	1512603101B000001			40.000
		153068	1512603101B000001			39.968
		153272	1512603101B000001			40.000
		154045	1512603101B000001			32.242
		154047	1512603101B000001			16.800
		154048	1512603101B000001			39.420
		180004	15122075020000001			4.043.946
		240017	15121031040550001			86.202
		240999	15121031040550001			12.298
		114602	15122031087850001			55.001
		114603	15122031087850001			19.181
		114604	15122031087850001			65.262
		114605	15122031087850001			1.582
		114606	15122031087850001			79.224
		114607	15122031087850001			11.306
		114608	15122031087850001			61.810
		114609	15122031087850001			98.000
		114610	15122031087850001			121.442
		114612	15122031087850001			76.013
		114613	15122031087850001			28.734
		114614	15122031087850001			108.335
		114615	15122031087850001			33.406
		114616	15122031087850001			21.560
		114617	15122031087850001			140.433
114618		15122031087850001			82.444	
114619	15122031087850001			43.283		
114620	15122031087850001			42.405		
114622	15122031087850001			55.044		
114623	15122031087850001			103.420		
114624	15122031087850001			42.340		
114625	15122031087850001			66.343		
114626	15122031087850001			117.138		
114627	15122031087850001			120.030		
114629	15122031087850001			35.327		
114631	15122031087850001			60.332		
114639	15122031087850001			35.350		
154019	15122031087850001			712.650		
254450	15122031087850001			290.266		
153163	15121113688720001			44.891		
153370	15121113688720001			39.920		
154042	15121113688720001			37.300		
154047	15121113688720001			13.847		

		154051	15121113688720001			39.998
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos	153062	1512603101B000001	10.000		
		153065	1512603101B000001	9.989		
		153080	1512603101B000001	10.000		
	Recebidos	153014	1512603101B000001	9.320		
		153028	1512603101B000001	9.658		
		153032	1512603101B000001	10.000		
		153033	1512603101B000001	4.663		
		153037	1512603101B000001	10.000		
		153038	1512603101B000001	9.690		
		153056	1512603101B000001	9.854		
		153063	1512603101B000001	10.000		
		153068	1512603101B000001	9.989		
		153163	1512603101B000001	5.109		
		153272	1512603101B000001	10.000		
		153370	1512603101B000001	10.000		
		154042	1512603101B000001	10.000		
		154045	1512603101B000001	7.989		
154047	1512603101B000001	8.986				
154048	1512603101B000001	9.800				
154051	1512603101B000001	9.999				

O Programa de Extensão Universitária – PROEXT - MEC/Cidades no âmbito do Programa Nacional de Capacitação das Cidades, tem por objetivo apoiar as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no desenvolvimento de projetos que contribuam para o fortalecimento da gestão municipal urbana, comprometidos com a capacitação de quadros técnicos das administrações públicas e de agentes sociais para a gestão planejada e participativa. O PROEXT - MEC/Cidades no ano de 2009 capacitou 591 técnicos de 293 municípios distribuídos em todas as regiões brasileiras. Em 2009, foi lançado o 4º Edital PROEXT – MEC/Cidades, nos mesmos moldes dos editais 01/2007 e 01/2008, cuja ênfase é a implementação do Sistema Nacional de Informações das Cidades – SNIC nos municípios brasileiros. O PROEXT no ano de 2009 recebeu recursos da ação 8872 – Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano e 1B00 – Implantação do Sistema Nacional de Informações das Cidades - SNIC, principalmente da ação 1B00. O objeto das descentralizações consta no item referente à execução física das ações.

Na ação 8785 – Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento foram descentralizados recursos à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, destinados à realização de Pesquisa Nacional de Saneamento Básico e à Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, destinados ao desenvolvimento da análise do Plano Nacional de Saneamento Básico. Houve ainda descentralização de recursos para a Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU e para a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A, atendendo às despesas em apoio à implementação do PAC.

2.4.2. Execução Orçamentária

a) Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

Tabela 46 – Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2008	2009	2008	2009
Licitação	40.640.499	27.175.499	40.592.278	27.175.499
Convite				
Tomada de Preços		213.500		213.500
Concorrência	3.277.121	3.633.587	3.277.121	3.633.587
Pregão	37.363.378	23.328.412	37.315.157	23.328.412
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas	13.586.811	15.317.422	13.586.811	15.317.422
Dispensa	4.288.551	15.317.422	4.272.766	15.317.422
Inexigibilidade	9.298.260	1.052.591	9.298.178	1.052.591
Regime de Execução Especial	221.255	291.181,38	219.470,22	291.181,38
Suprimento de Fundos	221.255	291.181,38	219.470,22	291.181,38
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	22.883.016	35.709.069	22.400.436	35.385.179
Diárias	1.553.781	1.427.897	1.553.781	1.399.088
Outros	36.379.375	4.437.902	36.379.375	4.437.902

Tabela 47 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	22.883.016	35.709.068	22.400.436	35.385.178	426.838	81.945	22.400.436	35.385.178
08 - OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	2.005	4.450	2.005	4.450			2.005	4.450
11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	17.862.527	28.174.864	17.761.796	28.174.864			17.761.796	28.174.864
13 - OBRIGACOES PATRONAIS	2.935.370	5.008.438	2.935.370	4.992.952	81.945	81.945	2.935.370	4.992.952
16 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	190.946	376.652	190.946	376.652			190.946	376.652
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	22.050	5.925	22.050	5.925			22.050	5.925
96 - RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO	1.870.117	2.138.739	1.488.268	1.830.335	344.893		1.488.268	1.830.335
2 – Juros e Encargos da Dívida	12.018.935	10.258.140	12.018.935	10.258.140			12.018.935	10.258.140
21 - JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	11.707.562	10.040.170	11.707.562	10.040.170			11.707.562	10.040.170
22 - OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	311.373	217.970	311.373	217.970			311.373	217.970
3- Outras Despesas Correntes	54.962.699	44.950.452	54.908.317	44.950.452	63.898.973	19.158.233	35.661.757	36.431.355
04 - CONTRATAÇÃO		470.234		470.234				470.234

POR TEMPO DETERMINADO								
08 - OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS		660		660				660
14 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.553.781	1.427.897	1.553.781	1.427.897			1.553.781	1.399.088
18 - AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES		119.720		119.720				14.875
20 - AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES		501.950		501.950				153.660
30 - MATERIAL DE CONSUMO	667.222	1.246.200	667.007	1.246.200	466.657	123.380	520.855	855.167
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	3.900.793	4.091.368	3.900.793	4.091.368	943.006	531.389	3.344.012	3.749.666
35 - SERVICOS DE CONSULTORIA	495.093		495.093		1.159.637	404	494.689	
36 - SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	204.409	507.145	204.409	507.145	34.252	75.653	127.375	237.445
37 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	2.040.352	2.808.081	2.040.352	2.808.081	180.917	218.646	1.784.807	2.460.080
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	45.324.235	33.039.307	45.270.068	33.039.307	60.985.295	18.117.389	27.150.797	26.449.273
47 - OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB- OP.INTRA- ORCAMENTARIAS	9.915	46.864	9.915	46.864	2.800	6.344	3.570	32.913
92 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	30.433	13.579	30.433	13.579			30.433	13.579
93 -INDENIZACOES E RESTITUICOES	736.466	677.447	736.466	677.447	126.409	85.028	651.438	594.715

Tabela 48 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	35.483.394	3.015.740	35.471.902	3.015.740	530.777.306	1.282.104	7.592.410	2.821.706
30 - MATERIAL DE CONSUMO	522.642		511.150				511.150	
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	691.368	649.872	691.368	649.872	2.685.149		250.745	649.872
42 - AUXILIOS	30.563.177		30.563.177		522.653.498		4.387.783	
51 - OBRAS E INSTALACOES - OP.INT.ORC.	2.340.000		2.340.000		3.517.791		2.340.000	
52 - EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORC.	1.366.207	2.365.868	1.366.207	2.365.868	1.576.801	1.282.104	102.732	2.171.834
92 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES					344.067			
6 - Amortização da Dívida	17.483.583	19.637.786	17.483.583	19.637.786			17.483.583	19.637.786
71 - PRINCIPAL DA DIVIDA POR CONTRATO	17.483.583	19.637.786	17.483.583	19.637.786			17.483.583	19.637.786

B) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Não se aplica.

2.4.3. Execução Orçamentária por Programa de Governo

Tabela 49 – Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0310		Denominação: Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
2.751.288.166	2.099.183.219	1.512.607.847	32.741.892	2.025.912.303	32.689.247	
Informações sobre os resultados alcançados (não se aplica)						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Fórmula de Cálculo do Índice:						
NA						
Análise do Resultado Alcançado: (não se aplica)						
NA						

O Programa 0310 - Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano não é do tipo finalístico e por isso não possui indicadores. O programa teve uma execução adequada no que se refere à execução física, contudo a execução financeira do programa ficou abaixo do esperado por ter sofrido problemas no contingenciamento de recursos.

2.4.4. Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Tabela 50 – Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Sub função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
15	126	0310	1B00	P	4	% de Implantação	5	5	0
15	121	0310	4055	A	4	Unidade	5	28	0
15	452	0310	4420	A	4	Unidade	1	1	0
15	452	0310	4511	A	4	Unidade	1	0	0
15	128	0310	4572	A	4	Unidade	324	255	0
15	122	0310	8785	A	4	-	-	-	-
15	122	0750	09HB	OP	4	-	-	-	-
15	122	0750	2000	A	4	-	-	-	-
15	126	0750	2003	A	4	-	-	-	-

15	301	0750	2004	A	3	unidade	233	312	0
15	365	0750	2010	A	4	unidade	27	44	0
15	331	0750	2011	A	4	unidade	236	425	0
15	306	0750	2012	A	4	unidade	300	361	0
15	301	0750	20CW	A	4	unidade	306	0	0
15	121	1136	8872	A	4	unidade	36.000	10.141	0

Ação IB00 – Implantação do Sistema Nacional de Informações das Cidades – SNIC

Tabela 51 – Ação 1B00: Atividades/Ações Desenvolvidas em 2009

Data	Evento
04/02 e 05/02	Curso de Introdução à Aplicação de Geotecnologias na Gestão Territorial realizado em Nova Iguaçu.
31/03 e 01/04	Curso de Introdução à Aplicação de Geotecnologias na Gestão Territorial realizado em Nilópolis.
02/06 e 03/06	Curso de Introdução à Aplicação de Geotecnologias na Gestão Territorial realizado em Campinas.
22/07 e 23/07	Curso de Introdução à Aplicação de Geotecnologias na Gestão Territorial realizado em Itu.
03/08 e 04/08	Curso de Introdução à Aplicação de Geotecnologias na Gestão Territorial realizado em Campos do Jordão.
04/11 e 05/11	Curso de Introdução à Aplicação de Geotecnologias na Gestão Territorial realizado em Barracão.

Tabela 52 – Ação 1B00: Viagens Internacionais no Exercício de 2009

Organismo	País	Período	Participantes	Evento
Instituto Geográfico Português	Portugal	25 a 30/04/09	Luciana da Conceição Medeiros Senra e Enos Josué Rose	3º Encontro Lusófono Ambiente e Território.
União Ibero-americanas de Municipalistas.	Uruguai	09 a 15/05/09	Luciana da Conceição Medeiros Senra	9º Congresso Iberoamericano de Municipalistas.
Instituto Geográfico Agustín Codazzi.	Colômbia	06 a 19/09/09	Luciana da Conceição Medeiros Senra	Curso de Infraestrutura de Dados Espaciais.

Tabela 53 – Quadro Financeiro da Ação 1B00 em 2009

Favorecido	Identificação	Valor empenhado	Valor Pago
DIALOG Serviços de Comunicação e Eventos Ltda.	Realização do Curso de Capacitação sobre o Sistema GeoSnic e do Grupo de Trabalho de Orçamento	R\$ 1.469,54	R\$ 1.469,54
	Pagamento de serviços fotográficos para trabalho de campo na Cidade de Natal – RN	R\$ 3.870,72	R\$ 3.870,72
	Curso de Capacitação de Servidores da Prefeitura de Nilópolis – RJ. Dias 31/03 e 01/04/09.	R\$10.644,38	R\$ 10.644,38
	Curso de Capacitação de Servidores da Prefeitura de Campinas – SP. Dias 02 e 03/06/09.	R\$11.848,14	R\$ 11.848,14
	Curso de Capacitação de Servidores da Prefeitura de Itu – SP. Dias 22 e 23/07/09.	R\$17.909,46	R\$ 17.909,46
	Curso de Capacitação de Servidores da Prefeitura de Campos do Jordão – SP. Dias 03 e 04/08/09.	R\$17.949,24	R\$ 17.949,24
	Curso de Capacitação de Servidores da Prefeitura de Barracão – RS. Dias 04 e 05/11/09.	R\$ 13.446,41	R\$ 3.520,52
Total pago à DIALOG			R\$ 67.212,00
Favorecido	Identificação	Valor empenhado	Valor Pago
Imagem – Soluções de Inteligência Geográfica.	Pagamento referente à aquisição de imagens de satélites de alta resolução.	R\$ 600.000,00	R\$ 456.605,00
Total pago à Imagem Soluções de Inteligência Geográfica			R\$ 456.605,00

Valores descentralizados às Instituições Federais de Ensino Superior – IFES		
INSTITUIÇÃO	Valor Empenhado	Valor Pago
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG 17.217.985/0001-04	50.000,00	0,00
Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA 24.529.265/0001-40	34.690,70	0,00
Universidade Federal do Piauí – UFPI 06.517.387/0001-34	49.220,00	0,00
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC 83.899.526-0001-82	0,00	0,00
Universidade Federal Pernambuco – UFPE 24.134.488/0001-08	10.000,00	10.000,00
Universidade Federal Fluminense – UFF 28.523.215/0001-06	47.713,98	0,00
Universidade Federal de Alagoas – UFAL 24.464.109/0001-48	0,00	0,00
Universidade Federal do Rio Grande – FURG 94.877.586/0001-10	10.000,00	10.000,00
Universidade Federal do Pará – UFPA 34.621.748/0001-23	50.000,00	0,00
Universidade Federal de Viçosa – UFV 25.944.455/0001-96	9.998,50	0,00
Universidade Federal da Bahia – UFBA 15.180.714/0001-04	49.686,00	0,00
Universidade Federal de Pelotas – UFPEL 92.242.080/0001-00	25.785,70	0,00
Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL 17.879.859.0001-15	48.409,45	0,00
Universidade Federal da Paraíba – UFPB 24.098.447/0001-10	49.957,50	0,00
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFMT 33.710.211/0001-77	47.983,80	0,00

Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT 33004540/0001-00	40.230,79	2.630,00
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES 32479123/0001-43	15.000,00	4.000,00
Universidade Federal de Lavras – UFLA 22.078.679/0001-74	50.000,00	39.000,00
Valor total descentralizado às IFES		R\$ 65.630,00
TOTAL GERAL DE PAGAMENTOS NA AÇÃO 1B00		R\$ 589.447,00

Abaixo a relação do objeto das descentralizações externas de crédito orçamentário e repasse financeiro às Universidades:

I - Universidade Federal de Minas Gerais – desenvolvimento do estudo “Capacitação em Geoprocessamento para técnicos das mesoregiões centrais norte e oeste de Minas Gerais”

II - Universidade Federal Rural do Semi-Árido – desenvolvimento do estudo “Uso de Geotecnologias para capacitação de gestores municipais e estaduais”.

III - Universidade Federal do Piauí – desenvolvimento do estudo “Capacitação em Geoprocessamento para técnicos da Administração Municipal do Piauí”.

IV - Universidade Federal de Pernambuco – projeto de capacitação dos Software GEOSNIC/TERRAVIEW/EDIT aplicados a gestão e planejamento territorial dos municípios do Estados de Pernambuco.

V - Universidade Federal Fluminense – desenvolvimento do estudo “SIGCIDADES – SIG aplicado ao ordenamento territorial municipal”.

VI – Universidade Federal de Rio Grande – projeto de formação básica em geotecnologias para servidores de municípios da mesoregião metropolitana de Porto Alegre.

VII – Universidade Federal do Pará – capacitação de agentes públicos no uso de software terraview para gestão das políticas municipais de habitação de interesse social.

VIII – Universidade Federal de Viçosa – projeto de capacitação de agentes municipais na utilização de software livre de sistemas de informação geográfica e sensoriamento remoto em atividades de gestão pública.

IV – Universidade Federal da Bahia – desenvolvimento do estudo “USEGEO BAHIA - Ações em Geoprocessamento”.

X – Universidade Federal de Pelotas – projeto de “Capacitação Municipal em Gestão Ambiental Utilizando Ferramentas de Geoprocessamento – UFPEL – Universidade Federal de Pelotas”

XI – Universidade Federal de Alfenas – desenvolvimento do estudo “Divulgação e Capacitação Técnica em Geotecnologia para Instrumentalizar o Planejamento e Gestão Urbana de Municípios próximos ao Campus Avançado de Poços de Caldas – MG – UNIFAL – MG”.

XII – Universidade Federal da Paraíba – projeto Universidade na Cidade.

XIII – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – projeto curso de capacitação de servidores dos Municípios do Norte e Nordeste Mato-grossense.

XIV – Universidade Federal do Mato Grosso – desenvolvimento do estudo “Capacitação em Geoprocessamento de funcionários Municipais da região de confluência dos estados do Mato Grosso do Sul e Goiás para apoio à Gestão do espaço urbano/regional”.

XV – Universidade Federal do Espírito Santo – desenvolvimento do estudo “Capacitação em Geoprocessamento quadro técnico permanente de administrações municipais das mesoregiões central noroeste e litoral norte do Espírito Santo”.

XVI – Universidade Federal de Lavras – desenvolvimento do estudo “Capacitação em Geoprocessamento de técnicas de prefeituras, abrangendo mesoregiões dos campos das vertentes, sul/sudeste de Minas e Oeste de Minas – UFLA – Universidade Federal de Lavras”.

Deve-se levar em consideração que algumas atividades foram empenhadas no final de 2009 e somente terão seus resultados apurados em 2010, como é o caso dos Projetos que foram aprovados no âmbito do Edital Proext MEC-Cidades 01/2009.

Ação 4055 – Formulação e Acompanhamento da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

Tabela 54 – Quadro Financeiro da Ação 4055 em 2009

Favorecido	Identificação	Valor Empenho	Reforço Empenho	Anulação Empenho	Valor Pago
DIALOG Serviços de Comunicação e Eventos Ltda.	Contratação de Serviço de Fotografia para Realização dos Trabalhos de Campo na Cidade de Natal/RN. No Período de 26 a 30/01/2009.	2.982,80	0,00	0,00	2.982,80

DIALOG Serviços de Comunicação e Eventos Ltda.	Reunião de Planejamento da Coordenação Geral do Projeto – O Estado das Cidades no Brasil – 24/04/2009.	4.345,30	0,00	0,00	4.345,30
	Termo Aditivo ao Evento 8º Congresso Nacional do Movimento de Luta pela Moradia e Fórum Mundial Social.	451.920,15	0,00	0,00	451.920,15
	Para atender despesas serviços de apoio a Oficina Nacional de Desenvolvimento Urbano e Controle Social. Processo nº 80000.007572/2009-03.	47.338,81	0,00	0,00	47.338,81
	Seminário Regional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Realizado nos dias 14 e 15/05/2009 na Cidade de Curitiba/PR	44.669,77	0,00	0,00	44.669,77
	Serviços de Interprete e Revisão de Texto para as Reuniões do Grupo de Trabalho/Brasil, realizado pelo Fórum Mundial e da Delegação do UM Habitat (em substituição A 2009NE901013	56.040,60	0,00	0,00	56.040,60
	Impressão de Banner. Processo nº 80000.008904/2009-69	679,30	0,00	0,00	679,30
	Seminário Internacional de Cidades, Energia e Emissões de GEE Realizado nos dias 08 e 09/06/2009, Em Brasília/DF.	108.689,18	0,00	0,00	108.689,18

	1º Seminário de Capacitação de Vereadores e Servidores de Câmaras Municipais no Período de 24 a 26/06/2009.	12.477,42	0,00	0,00	12.477,42
	12º Encontro da Secretaria Latino Americana de Moradia Popular.	481.842,53	0,00	0,00	481.842,53
	2ª Etapa do Curso de Educação Ambiental do Riacho Fundo II.	1.213,14	12.372,08	0,00	13.585,22
	2º Seminário Nacional: Implantação da Lei Federal de Assistência Técnica na Habitação Social nos dias 17 e 18/08/2009.	60.371,92	0,00	0,00	60.371,92
	5ª Reunião da Coordenação Executiva da 4ª Conferência Nacional das Cidades Processo nº 80000.021411/2009-14.	13.088,43	0,00	0,00	13.088,43
	Reunião Extraordinária do Comitê Técnico de Trânsito, Transporte e da Mobilidade Urbana do Conselho das Cidades no dia 13/08/2009.	6.174,84	111,60	0,00	6.286,44
	Oficina Nacional com Lideranças Comunitárias que participaram da 4ª Conferência Nacional.	118.493,03	0,00	0,00	118.493,03
	I Fórum de Desenvolvimento Sustentável e Gestão Pública. Processo nº 80000.023650/2009-17.	22.557,07	0,00	0,00	22.557,07
	12ª Reunião do Grupo de Trabalhos de Conflitos Fundiários – 24/08/2009.	4.721,12	0,00	0,00	4.721,12

	Reunião Extraordinária do Comitê Técnico de Planejamento e Gestão do Solo do Conselho das Cidades – 21/08/2009	8.864,98	0,00	0,00	8.864,98
	Oficina Nacional do Projeto Relatório Estado das Cidades nº Brasil. Processo nº 80000.030463/2009-81	11.164,53	0,00	0,00	11.164,53
	Seminário Moradia Digna, e Vida. Processo nº 80000.030945/2009-31. (Reforço)	15.235,04	0,00	0,00	15.235,04
	Seminário de Experiências de Regulação Fundiária em áreas urbanas, 19 a 21/10/2009.	16.259,00	0,00	0,00	16.259,00
	Para atender despesa referente à formalização do 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 25/2007. Processo Origem: 2007PR00015	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
	Seminário de Capacitação de Vereadores e Servidores de Câmaras Municipais realizado nos dias 23, 24 e 25/09/2009. Processo nº 80000.028416/2009-78.	51.975,39	0,00	0,00	51.975,39
	Reforço para atender despesa com GT Orçamento e GT PAC. Em 27/08/2009.	6.458,14	0,00	0,00	6.458,14
	Seminário de experiências de regularização fundiária em áreas urbanas. Processo nº 80000.016266/2009-50	97.227,56	0,00	0,00	97.227,56
	III Conferência Internacional Desenvolvimento Urbano, na Cidade de Foz do Iguaçu/PR. Processo nº	124.053,99	0,00	0,00	124.053,99

	80000.014515/2009-72				
	Realização do Simpósio Nacional de Geografia Urbana – SIMPURB Processo nº 80000.017371/2009-14	88.885,22	0,00	0,00	88.885,22
	Oficina de Capacitação para Implementação de Plano Diretor e Instrumentos do Estatuto da Cidade em Porto Velho/RO. Processo nº 80000.016719/2009-48	63.924,15	3.478,70	0,00	67.402,85
Valor Total Pago à DIALOG					1.947.615,79
Favorecido	Identificação	Valor Empenho	Reforço Empenho	Anulação Empenho	Valor Pago
Gráfica e Editora Brasil Ltda.	Impressão de Folder da Assessoria Parlamentar do MCidades. Processo nº 80000.002461/2009-01	3.900,00	0,00	0,00	3.900,00
Gráfica e Editora Brasil Ltda.	Serviços Gráficos para Seminário Regional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos	150,00	0,00	0,00	150,00
Gráfica e Editora Brasil Ltda.	Publicação do Livro Experiências Brasileiras de Regularização Fundiária.	50.300,00	126,00	0,00	41.852,00
Gráfica e Editora Brasil Ltda.	Impressão de Folder e Cartilha de Divulgação da 4ª Conferência Nacional das Cidades. Processo nº 80000.025684/2009-38.	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
Valor total pago à Gráfica Brasil					145.902,00
Embaixa do Brasil em Madri					55.356,65
Embaixada do Brasil em Nairobi					21.762,41
TOTAL GERAL DE PAGAMENTOS NA AÇÃO 4055					2.170.636,85

Quanto à eficácia, foram realizadas todas as ações e atividades planejadas no ano de 2009 para as ações que utilizaram recursos da ação “4055”.

No que diz respeito à eficiência, procurou-se a otimização de todos os recursos, sobretudo o financeiro, utilizados para a execução das ações e atividades com rigoroso critério para análise e aprovação dos mesmos, levando-se em consideração principalmente os objetivos do programa/ação. Deve-se levar em consideração que algumas atividades foram empenhadas no final de 2009.

Quanto à efetividade das atividades e ações demandadas verifica-se a plena consecução das mesmas ao longo do ano de referência, sem nenhuma ocorrência de solução de continuidade.

Ação 4420 – Funcionamento do Conselho das Cidades

Tabela 55 – Ação 4420: Realizações dos Eventos no Exercício de 2009

Data	Reunião
14/jan	Reunião Extraordinária Comitê Saneamento
09 e 10/fev	Oficina de Trabalho da 1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental
16/fev	Grupo de Trabalho Fórum Urbano Mundial – FUM (Reunião com a Teresa Jucá – noite e GT Secretaria de Patrimônio da União – tarde)
17/fev	Grupo de Trabalho Sistema
18/fev	Coordenação Executiva
19/fev	GT Resolução nº 22 Planos Diretores (CANCELADA NA VÉSPERA)
4/mar	GT Conflitos
4/mar	Apresentação Pública Áreas de Revitalização Econômica – SNPU
4/mar	GT PlanSab – Plano Nacional de Saneamento Básico
5/mar	GT de Acomp. Rede Nacional de Planos Diretores Participativos
05 e 06/Março	Reunião Extraordinária Comitê Saneamento e Oficina de Trabalho
12 e 13/março	Capacitação GT Orçamento e GT PAC
16 e 17/março	Comissão PL 3.057/00
24, 25 e 26/ março	20ª ConCidades
7/abr	GT Sistema
14/abr	Coordenação Executiva ConCidades
15 e 16 /abr	GT PLANSAB – Plano Nacional de Saneamento Básico
22/abr	Oficina de Trabalho da 1ª CNSA Conferência Nacional de Saúde Ambiental
29/abr	GT Conflitos
29/abr	GT Agenda
30/abr	Coordenação Executiva da 4ª CNC – Conferência Nacional das Cidades
4/mai	GT Sistema
05 e 06/05	Comissão PL 3.057/00
8/mai	GT Sistema – Só MCIDADES
11/mai	Reunião Instituto Nacional de Seguridade Social – Secretaria Nacional de Programas Urbanos e Mov. Popular
12 e 13/maio	Reunião Extraordinária do Comitê de Gestão do Solo Urbano – SNPU
14 e 15/maio	Seminário Conflitos Fundiários Urbanos – Região Sul
19 e 20/maio	Coordenação Executiva da 4ª CNC
21/mai	GT Sistema – Só Poder Público Federal
25/mai	Reunião Segmento Trabalhadores em SÃO PAULO
25 e 26/maio	Grupo de Trabalho PLANSAB
MAIO / JUNHO	Capacitação GT Orçamento e GT PAC
9/jun	Coordenação Executiva ConCidades
16/jun	Comissão de Mobilização da 4ª CNC
18/jun	Comissão de Sistematização da 4ª CNC
29/jun	GT Sistema
29/jun	Grupo de Trabalho Interministerial – GTI PLANSAB
29/jun	Comissão PI 3.057/00
29/jun	Grupo Executivo do Comitê Técnico Mobilidade
1/jul	GT FUM5 após reunião Comitê Técnico de Habitação
30/06, 01 e 02/07	21ª ConCidades
3/jul	12ª Reunião do CGFNHIS – Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

03 e 04/07	MNLM – Movimento Nacional de Luta pela Moradia
9/jul	Comissão de Sistematização da 4ª CNC
10/jul	GT FUM5 – Fórum Urbano Mundial
15/jul	Comissão de Mobilização da 4ª CNC
16/jul	Comissão de Sistematização da 4ª CNC
21/jul	Comitê SEMOB EXTRAORDINÁRIA
29/jul	GT Sistema
30/jul	Coordenação Executiva da 4ª CNC e Comissões de Mobilização e Sistematização
31/jul	GT Conflitos Fundiários
04 e 05/ago	Coordenação Executiva da 4ª Conferência
5/ago	GT SNPU de Acompanhamento da Rede Planos Diretores
6/ago	Coordenação Executiva (1ª e 2ª gestão)
10 e 11/ago	Coordenação Executiva da 4ª Conferência
13/ago	Comitê SEMOB EXTRAORDINÁRIA
17 e 18/ago	2º Seminário Nacional de Assistência Técnica em São Paulo.
19, 20 e 21/ago	Seminário 1ª CNSA e Reunião da Comissão Organizadora em Belém/PA
24/ago	GT Conflitos Fundiários Urbanos
25/ago	Comitê SNPU Reunião EXTRAORDINÁRIA
27/ago	GT Orçamento e GT PAC Reunião Conjunta
De 31/08 a 03/set	Oficina de Capacitação para implementação do Plano Diretor e instrumentos do Estatuto da Cidade – em Porto Velho/RO
9/set	GT Conflitos Fundiários Urbanos
9/set	GT SISTEMA
10/set	Comissão Nacional Recursal e de Validação da 4ª CNC
17, 18 e 19/set	Seminário 1ª CNSA Povos do Campo e Reunião da COM em Cuiabá/MT
19, 20 e 21/set	GT PLANSAB em Recife/PE
22/set	Seminário SEMOB “Dia sem carro”
23/set	Coordenação Executiva do Conselho
23, 24 e 25/set	Seminário 1ª CNSA e Reunião da Comissão Organizadora em Guarulhos/SP
24 e 25/Set	Seminário PL SISTEMA
29 e 30/set	Seminário Conflitos Fundiários Urbanos – Região Sudeste 01 no Goiânia/GO
Dias 13, 14 e 15/out	22ª ConCidades
16/out	GT PAC e GT Orçamento Capacitação SNIC
16/out	CGFNHIS – Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.
De 19 a 21/10	SEMINÁRIO SNPU – Experiências de Regularização Fundiária em Áreas Urbanas, em Brasília/DF
19, 20 e 21/out	Seminário Regional PLANSAB Região Sudeste Belo Horizonte
22, 23 e 24/out	Encontro Nacional do Fórum da Reforma Urbana Recife/PE
27/out	GT Fórum Urbano Mundial e GTI
27, 28 e 29/out	Seminário Regional PLANSAB Região Centro Oeste Brasília
28, 29 e 30/out	Seminário Conflitos Fundiários Urbanos – Região Nordeste em Recife/PE
4/nov	GT Decreto de Regulam. Lei de Saneamento
04, 05 e 06/11	Seminário Regional PLANSAB Região Nordeste Recife/PE
04, 05 e 06/11	Seminário Conflitos Fundiários Urbanos – Região Sudeste Rio de Janeiro/RJ
9/nov	CNRV – Comissão Nacional de Recursal e de Validação 4ª CNC
10/nov	Coordenação Executiva ConCidades
10, 11 e 12/11	Seminário Regional PLANSAB Região Norte Manaus/AM
11/nov	SNPU – Imóveis INSS
12 e 13/nov	Reunião da Comissão Organizadora da 1ª CNSA
12 e 13/11	Seminário Conflitos Fundiários Urbanos – Região Norte em Belém/PA
18/nov	GT Moradia Social
17, 18 e 19/11	Seminário Regional PLANSAB Região Sul Porto Alegre/RS
24 e 25/nov	GT Conflitos Fundiários Urbanos
2/dez	GEI – Grupo Executivo Interministerial Amazônia Legal (Falta convite)

07 e 08/dez	23ª ConCidades – Conferência das Cidades
7/dez noite	Seminário de diretrizes sobre Cadastro Territorial Multifinalitário Lançamento cartilhas (DDI/Capacitação)
8/dez	Reunião da Comissão Organizadora da 1ª CNSA
9/dez	CGFNHIS – Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.
De 09 a 12/dez	1ª CNSA – Conferência Nacional de Saúde Ambiental
A ser definido em 2010	Seminário Nacional Conflitos Fundiários Urbanos em Brasília/DF

Tabela 56 – Ação 4420: Viagens Internacionais no Exercício de 2009

Organismo	País	Período	Participantes	Evento
IDA	EUA	10 a 16/09/09	Elcione Diniz Macedo.	55º Congresso Internacional
SEMOB	Itália	17 a 23/10/09	Elcione Diniz Macedo.	Cooperação 100 Cidades Brasil – Itália

Tabela 57 – Quadro Financeiro do Conselho das Cidades em 2009

Favorecido	Identificação	Valor Empenho	Reforço Empenho	Anulação Empenho	Valor Pago
DIALOG serviços de comunicação e eventos Ltda.	Para atender despesa com Reunião Técnica do Comitê Técnico de Saneamento Ambiental do Conselho das Cidades. Processo n° 80000.028930/2008-22	12.910,84	0,00	0,00	12.910,84
	3ª Reunião do Grupo de Trabalho para desenvolver a Campanha Nacional das Cidades. Processo n° 80000.000485/2009-17	13.962,26	0,00	0,00	13.962,26
	Curso de Capacitação sobre o Sistema GEOSNIC e do Grupo de Trabalho de Orçamento.	16.843,54	630,76	0,00	17.474,30
	Grupo de Trabalho para elaborar proposta de projeto de lei para criação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano.	19.666,86	2.675,91	1.456,35	20.886,42
	Oficina de Trabalho para organização da 1ª Conferência Nacional de Saúde	3.345,22	1.625,40	0,00	4.970,62

1ª Reunião do Grupo de Trabalho para acompanhar a organização do V Fórum Urbano Mundial – FUM e locação de sala. Processo nº. 80000.002019/2009-76.	8.766,44	0,00	891,28	7.875,16
7º Reunião do Grupo de Trabalho de Conflitos Fundiários no período de 4 a 5 março de 2009.	12.036,24	0,00	0,00	12.036,24
Reunião do PLANSAB GT e Reunião Extraordinária do Comitê de Saneamento no período de 04 a 06 de março de 2009. Processo nº 80000.002426/2009-83	18.436,62	89,76	0,00	18.526,38
2ª Oficina de Trabalho para organização da 1ª Conferência Nacional das Cidades, nos dias 18 e 19 de março de 2009. Processo nº 80000.003735/2009-71.	2.105,77	938,40	63,77	2980,40
4º Reunião Comissão de Articulação e Pactuação para Elaboração de propostas ao PL nº 3057/00. Processo nº 80000.003170/2009-21	2.105,77	11.931,29 11.931,29	11.931,29	14.037,06
Para atender despesa com prestação de serviço de apoio a realização da 20ª reunião do Conselho das Cidades e seus Comitês Técnicos. Processo nº 80000-000487/2009-14	207.950,73	13.888,24	0,00	221.838,97
Reunião do Grupo de Trabalho para elaborar proposta de projeto de Lei para criação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano. Processo nº 80000.004248/2009-25	8.498,07	0,00	11,98	8.486,09

	Realização da 6ª Reunião da Coordenação Executiva do Conselho das Cidades. Processo nº 80000.004249/2009-70	12.724,36	0,00	0,00	12.724,36
	3ª Oficina de Trabalho para Organização Nacional de Saúde Ambiental. Processo nº 80000.006609/2009-78	1.610,86	0,00	0,00	1.610,86
	9ª Reunião do GT de Trabalho de Conflitos Fundiários Urbanos, reunião do GT agenda e 1ª Reunião da Coordenação Executiva da 4ª Conferência Nacional das Cidades. Processo nº 80000.005873/2009-94	28.078,16	0,00	0,00	28.078,16
	6ª Reunião da comissão sobre o PL 3057/00 e 6ª Reunião do Grupo de Trabalho Sistema no período de 04 a 06 de maio de 2009	20.573,32	0,00	0,00	20.573,32
	Reunião Extraordinária do Comitê Técnico de Planejamento e Gestão do Solo Urbano do Conselho das Cidades nos dias 12 e 13 de maio de 2009	26.112,33	0,00	0,00	26.112,33
	2ª Reunião da Coordenação Executiva da 4ª Conferência Nacional das Cidades, realizada nos dias 19 a 20 de maio de 2009. Processo nº 80000.007936/2009-47	28.603,72	0,00	0,00	28.603,72
	Realização do Seminário Instrumentos de Financiamento do Desenvolvimento Urbano. Processo nº 80000.008933/2009-21	13.080,82	0,00	0,00	13.080,82

4ª Reunião da Comissão organizadora nacional da 1ª Conferência Nacional das Cidades de Saúde Ambiental realizada no período de 02 a 04/06/2009 em Brasília/DF	3.867,06	0,00	0,00	3.867,06
7ª Reunião do Grupo de Trabalho e 7ª Reunião da Coordenação Executiva do Conselho das Cidades, no período de 08 a 09 de junho de 2009	10.893,85	0,00	0,00	10.893,85
Realização da 1ª Reunião da Comissão de Sistematização da 4ª Conferência Nacional das Cidades dia 18/06/2009	5.518,91	0,00	0,00	5.518,91
1ª Reunião da Comissão de Mobilização da 4ª Conferência Nacional das Cidades, no dia 24/06/2009	6.916,39	339,64	0,00	7.256,03
21ª Reunião do Conselho das Cidades e seus Comitês Técnicos no período de 30 de junho a 02 de julho de 2009.	199.815,32	8.327,25	0,00	208.142,57
2ª Reunião das Comissões de Sistematização realizada em 09 de julho de 2009.	8.522,38	194,08	0,00	8.716,46
2ª Reunião realizada em 10 de julho de 2009 do Grupo de Trabalho para acompanhar organização do V Fórum Urbano Mundial – GTFUM.	7.578,25	0,00	0,00	7.578,25
2ª Reunião da Comissão de Mobilização e da 3ª Reunião da Comissão de Sistematização da 4ª Conferência Nacional das Cidades.	13.856,02	0,00	0,00	13.856,02

Reunião Extraordinária do Comitê Técnico de Trânsito, Transporte e da Mobilidade do Conselho das Cidades.	11.877,27	0,00	0,01	11.877,26
8ª Reunião do Grupo de Trabalho para proposta de projeto de Lei para criação do Sistema SNDU. Processo nº 80000.017422/2009-08	3.954,53	0,00	0,00	3.954,53
11ª Reunião do Grupo de Trabalho de Conflitos Fundiários.	7.991,21	0,00	0,00	7.991,21
Realização da 3ª Reunião da Coordenação Executiva da 4ª Conferência Nacional das Cidades. Processo nº 80000.014891/2009-67	10.819,51	0,00	979,41	9.840,10
2ª Reunião do Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Rede Nacional de Planos Diretores Participativo e da 8ª Reunião da Coordenação Executiva do Conselho das Cidades, dias 05 e 06/08/09	16.107,61	0,00	0,00	16.107,61
13ª Reunião do Grupo de Trabalho de Conflitos Fundiários e 9ª Reunião do Grupo de Trabalho para elaborar proposta de projeto de lei. Processo nº 80000.025465/2009-59	7.176,51	0,00	0,00	7.176,51
1ª Reunião da Coordenação Executiva da 4ª Conferência Nacional das Cidades, no dia 10/09/2009 Processo nº 80000.028343/2009-14	3.942,85	0,00	0,00	3.942,85
9ª Reunião da Coordenação Executiva do Conselho das Cidades	3.998,18	0,00	0,00	3.998,18

	Seminário Construindo uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano para o Brasil. Processo nº 80000.029211/2009-18	202.771,61	0,00	9.420,74	193.350,87
	Reunião dos Relatórios do Seminário Construindo uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Processo Nº 80000.030302/2009-98	4.343,62	0,00	0,00	4.343,62
	Revisão Ortográfica de Folder e Cartilha para a 4ª Conferência Nacional das Cidades. Processo Nº 80000.031979/2009-43	7.278,00	0,00	0,00	7.278,00
	22ª Reunião do Conselho das Cidades e seus Comitês Técnicos e da Oficina de Capacitação do Aplicativo GEOSNIC do Sistema Nacional de Informações das Cidades.	175.822,05	0,00	0,00	175.822,05
Valor Total Pago à DIALOG Serviços de Comunicação e Eventos Ltda.					1.198.280,25
Favorecido	Identificação	Valor Empenho	Reforço Empenho	Anulação Empenho	Valor Pago
GRÁFICA E EDITORA BRASIL LTDA.	Confecção de 10.000 (dez mil) Envelopes Pardos para a Secretaria Executiva do Conselho das Cidades. Processo nº 80000.000790/2009-17 Proc. Origem: 05000222005	9.800,00	0,00	0,00	9.800,00
	Confecção de envelopes para emissão de material da 4ª Conferência Nacional das Cidades. Processo nº 80000.024963/2009-84 proc. Origem: 05000222005	9.800,00	0,00	0,00	9.800,00
Valor Total Pago à Gráfica e Editora Brasil Ltda.					19.600,00

Favorecido	Identificação	Valor Empenho	Reforço Empenho	Anulação Empenho	Valor Pago
CGLOG MCIDADES	Para atender despesa com diárias de servidores do Conselho das Cidades	20.000,00	0,00	707,69	19.292,31
CGLOG MCIDADES	Para atender despesa com diárias de colaboradores eventuais	50.000,00	20.000,00 9.284,87 2.167,88	99,06	81.353,69
Total pago com despesas de diárias de Servidores e colaboradores eventuais					100.646,00
Favorecido	Identificação	Valor Empenho	Reforço Empenho	Anulação Empenho	Valor Pago
AIRES TURISMO LTDA.	Para atender despesa com passagens do Conselho das Cidades Proc. Origem: 2008 PR00019	120.000,00	922,63 20.000,00 50.000,00 50.000,00 95.851,98	89,76 344,91	336.339,94
Total pago à Aires Turismo Ltda.					336.339,94
TOTAL GERAL DE PAGAMENTOS COM A MANUTENÇÃO DO CONSELHO DAS CIDADES					1.654.886,19

Quanto à eficácia, foram realizadas todas as ações e atividades de manutenção e funcionamento do Conselho das Cidades previstas para o ano de 2009, incluindo as reuniões ordinárias do plenário do ConCidades e as reuniões de seus comitês técnicos, grupos de trabalho, emissão de passagens para conselheiros, capacitação destes e publicações de textos.

A eficiência, sobretudo no que tange aos recursos financeiros utilizados, foi condicionada pela difícil equação de variáveis como a agenda dos conselheiros e dos representantes do Ministério das Cidades participantes das reuniões do Conselho das Cidades, mas resultados positivos foram alcançados.

Quanto à efetividade das atividades e ações demandadas verifica-se a plena consecução das mesmas ao longo do ano de referência, sem nenhuma ocorrência de solução de continuidade.

Ação 4511 - Remuneração às Instituições Financeiras Públicas pela Operacionalização de Projetos de Desenvolvimento Urbano

A ação 4511, única ação orçamentária sob responsabilidade da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças, é executada da seguinte forma: Unidade Gestora 560003 – Secretaria Executiva descentraliza os créditos e recursos e a unidade gestora 560010 – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos realiza os empenhos e pagamentos às instituições financeiras. No exercício 2009, não houve execução desta ação, embora estivessem previstos na Lei Orçamentária R\$ 100 mil, em atenção ao art. 107, § 1º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2009 nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Ação 4572 – Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação

O objetivo da ação é promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

O Ministério das Cidades, em 2009, estruturou o Plano Bienal de Capacitação 2009/2011 a partir da sedimentação dos resultados obtidos pelos instrumentos de diagnóstico utilizados a seguir:

- Análise técnica dos resultados das ações do Plano de Capacitação realizadas até dezembro de 2008;
- Levantamento de necessidades de capacitação de novos servidores (analistas e especialistas em infra-estrutura), realizado em parceria com a Universidade de Brasília – UnB;
- Levantamento de áreas de interesse para estudo em nível de pós-graduação junto às diversas unidades desta Pasta;
- Resultados obtidos com a reunião realizada entre a equipe da Coordenação de Coordenação de Legislação e Desenvolvimento de Pessoal - COLED e os agentes de capacitação, durante o I Encontro de Agentes de Capacitação, realizado em março de 2009.

Foi definido como meta que 65% do total de servidores deste Ministério participem de algum evento de capacitação de curta, média ou longa duração.

Também se deve ressaltar que houve a entrada de novos servidores das carreiras de Analista e Especialista em Infra-Estrutura no quadro deste Ministério, bem como empregados públicos reintegrados à Administração, de acordo com o Decreto nº. 6.657/2008.

A meta fixada no Plano não foi atingida, visto que esta consistia em capacitar 65% do efetivo total do Ministério, o que corresponde a 411 servidores. Foram capacitados 167 servidores, ou seja, 26,38% do total, sendo que parte desses servidores foi capacitada em eventos com ônus limitados para o Ministério das Cidades (ou seja, com inscrições gratuitas), conforme quadro abaixo:

Tabela 58 – Quadro Resumo de Servidores Capacitados por Unidade
Quantitativo de Servidores Capacitados e Carga Horária (dados de 31/12/2009)

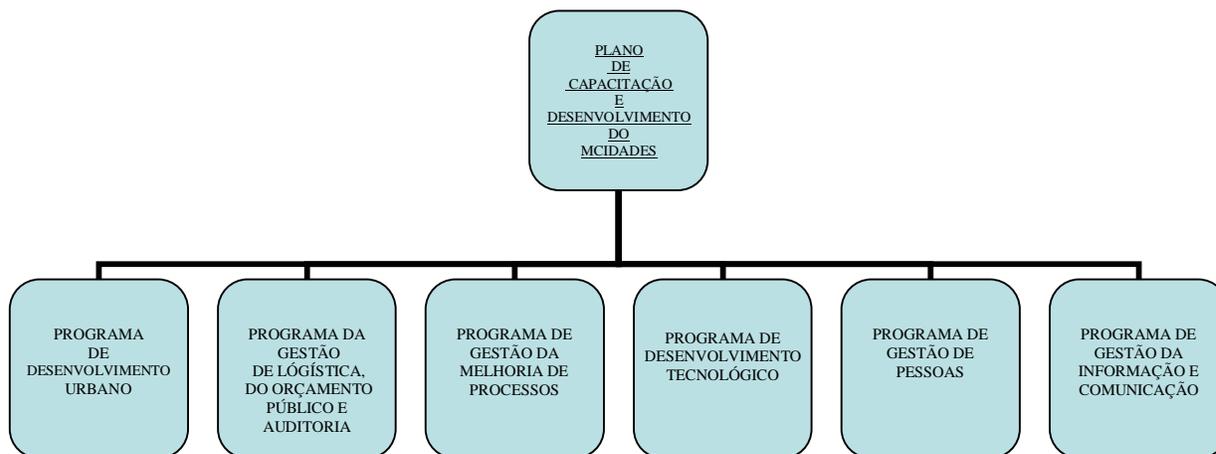
Unidade	Nº. Serv. Na Unid.	Nº. Serv. Capacit.	% de Serv. Cap. Na Unid.	Carga Horária (h/a)
AECI	4	2	50,00	56
ASCOM	15	8	57,14	384
CONJUR	9	2	22,22	35
SE	27	7	25,93	231
GAB./SPOA	6	1	16,67	8
CGLOG	45	1	2,22	8
CGMI	27	7	25,93	478
CGOF	16	7	43,75	256

CGPLAN	6	0	0	0
CGRH	22	7	31,81	160
DENATRAN	61	17	27,87	404
SNH	113	33	24,26	592
SNSA	103	23	22,33	262
SNPU	43	11	25,58	204
SNTMU	40	34	85	1100
ASPAR	8	0	0	0
SECONCID	6	2	33,33	12
ARI	1	0	0	0
GABINETE	9	5	55,55	264
TOTAL				
Nº. Total de Serv.*	Nº. Total de Servidores Capacitados.		% Total de Serv. Capacitados	Carga Horária Total
633	167		26,38	4454
*OBS: O total de servidores inclui os empregados públicos e servidores ativos permanentes cedidos a outros órgãos, além de dois servidores em exercício provisório.				

Cabe informar que a diferença existente entre os dados do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPLAN e a quadro acima, deve-se ao fato de que no SIGPLAN os dados estão demonstrados com o número de capacitações e seus respectivos gastos, ou seja, há servidor que participou de mais de um evento de capacitação em meses distintos. Já o quadro acima os dados estão apresentados pelo número de servidores capacitados independentemente do quantitativo de eventos que os mesmos participaram.

Com o objetivo de ilustrar os gastos com capacitação, vale expor de que forma o Plano de Capacitação foi desenhado; assim, a fim de transformar as necessidades de melhoria em Ações de Capacitação, adotou-se a arquitetura de seis programas, os quais foram elaborados a partir do agrupamento das Áreas e Conhecimento, conforme figura abaixo:

Figura 1 – Plano de Capacitação e Desenvolvimento do MCidades

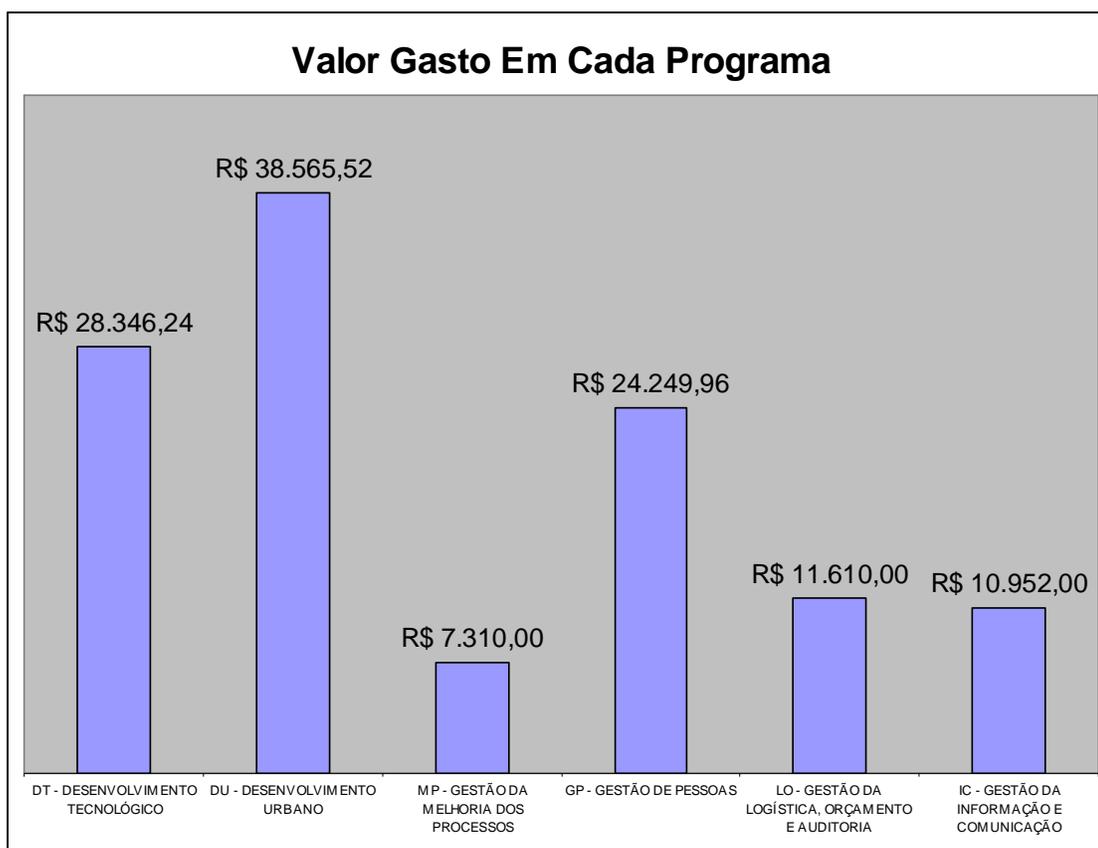


Os Programas estão desenhados em: objetivo geral, área de conhecimento, síntese das melhorias levantadas, objetivo de capacitação, eventos de capacitação e desenvolvimento. Assim,

as ações de capacitação são estruturadas de acordo com as necessidades condensadas em cada programa.

O gráfico abaixo representa o valor empenhado com cada programa de capacitação, o que resulta num valor total de R\$ 137.034,14 (cento e vinte e um mil trinta e três reais e setenta e dois centavos). Pode-se perceber, a partir deste gráfico, que o programa que absorveu a maior quantidade de recursos foi o Programa de Desenvolvimento Urbano, devido às demandas referentes ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, por parte dos servidores deste Ministério.

Gráfico 1 – Resumo de Gastos por Programa



As ações de longa duração, que se referem a cursos de aperfeiçoamento (pós-graduação) encontram-se inseridas na tabela abaixo:

Tabela 59 – Ações de Longa Duração

PROGRAMA	VALOR (R\$)	CARGA HORÁRIA (h/a)	Nº SERVIDORES CAPACITADOS
DU	3.300,00	360	1
DT	4.396,59	430	1
TOTAL	7.696,59	790	2

Deve-se ter em vista que houve contingenciamento de recursos para capacitação, de acordo com a Portaria Interministerial nº. 64, de 30 de março de 2009, o que levou ao não cumprimento da meta de capacitação. Sendo assim, o orçamento liberado para capacitação em 2009 foi de R\$ 144.803,58 (cento e quarenta e quatro mil oitocentos e três reais e cinquenta e oito centavos), sendo empenhados R\$ 137.034,14 (cento e trinta mil quatrocentos e noventa e seis reais e cinquenta e seis centavos), correspondentes a 94,63%, os quais estão distribuídos entre a Unidade Gestora nº 560010, Coordenação Geral de Recursos Logísticos, empenho de R\$ 9.562,27 (nove mil quinhentos e sessenta e dois reais e vinte e sete centavos) e Unidade Gestora nº 560011, Coordenação Geral de Recursos Humanos, empenho de R\$ 127.471,87 (cento e vinte mil novecentos e trinta e quatro reais e vinte e nove centavo).

A seguir o detalhamento dos Programas de Capacitação:

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Objetivo geral: promover o desenvolvimento de competências individuais e coletivas sobre as políticas de Desenvolvimento Urbano a fim de atingir de forma efetiva os objetivos setoriais do Ministério e cumprir as ações do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC.

Tabela 60 – Programa de Desenvolvimento Urbano

Área de Conhecimento	Síntese das Melhorias Levantadas	Objetivo de Capacitação	Eventos de Capacitação e Desenvolvimento
Política de Desenvolvimento Urbano	<ul style="list-style-type: none"> • Legislação: (Lei nº. 10.257/01, Lei nº. 11.445/07, Lei nº. 11.107/08); • Desenvolvimento urbano, Estatuto das Cidades; • Regularização urbanística e fundiária; • Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano; • Habitação de Interesse Social; • Instrumentos tributários; • Planejamento urbano; • Gestão democrática das cidades; • Cidade e meio ambiente; • Função social das cidades; • Financiamento do desenvolvimento urbano; e • Políticas setoriais de habitação, saneamento, mobilidade e transportes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicar as leis nº. 10.257/01, 11.445/07 e 11.027/08; • Empregar o Estatuto das Cidades nas ações da unidade; • Analisar e propor soluções para questões de regularização fundiária e urbanística; • Analisar e propor soluções utilizando instrumentos tributários; • Gerir projetos, levando-se em conta a realidade de cada município; • Agir segundo o conceito e a importância da gestão democrática; • Propor ações de desenvolvimento urbano, observando a importância da preservação do meio ambiente; • Agir segundo o conceito e a importância da função social das cidades; • Identificar as formas de financiamento do desenvolvimento urbano e utilizar as que melhor atender os objetivos institucionais; e • Propor soluções para questões das políticas setoriais de habitação, saneamento, mobilidade e transporte. 	<ul style="list-style-type: none"> • Visitas técnicas nos municípios contemplados no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, seguidas de estudo de caso; • Cursos presenciais e à distância na área de Desenvolvimento Urbano; • Participação de palestras com especialistas na área de Desenvolvimento Urbano; • Curso de Pós-Graduação (<i>Latu e Stritu Senso</i>) em Desenvolvimento Urbano; Políticas Públicas Urbanas e Habitacionais. • Grupos formais de estudo sobre as políticas setoriais.

PROGRAMA GESTÃO DA LOGÍSTICA, DO ORÇAMENTO PÚBLICO E AUDITORIA

Objetivo geral: promover o desenvolvimento de competências individuais e coletivas sobre Licitação, Gestão Orçamentária e financeira, Prestação de Contas e Infra-estrutura, a fim de racionalizar e efetivar os gastos públicos.

Tabela 61 – Programa Gestão da Logística, do Orçamento Público e Auditoria

Área de Conhecimento	Síntese das Melhorias Levantadas	Objetivo de Capacitação	Eventos de Capacitação e Desenvolvimento
Economia, Orçamento e Finanças Logística Auditoria	<ul style="list-style-type: none"> • Lei de Diretrizes Orçamentárias; • Contabilidade pública; • Gestão financeira e orçamentária; • Direito financeiro; • Lei Orçamentária Anual, PPA, Lei nº 4.320/64; • Classificação dos Gastos Públicos; • Manual Técnico de Orçamento Público; • Lei nº. 8.666/93; Lei nº. 8.987/95; • Convênios Federais e Contratos Administrativos; • Infra-estrutura, Administração Predial e Almoarifado; • Tomada de contas e prestação de contas; e • Auditoria e controle interno; • Política de Transferência de recursos de custeio. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicar a Lei de Diretrizes Orçamentárias com efetividade; • Racionalizar e efetivar os gastos públicos; • Analisar e propor soluções para questões que envolvem Gestão financeira e orçamentária; • Analisar e propor soluções para questões que envolvem Direito financeiro; • Aplicar com efetividade as Leis nº. 8.666/93, Lei nº. 8.987/95, Lei Orçamentária Anual, PPA, Lei nº 4.320/64; • Atuar como gestor de contratos administrativos; • Analisar e propor soluções para questões que envolvem Administração Predial, Almoarifado e de Infra-estrutura. • Aplicar com efetividade a legislação e as orientações sobre tomada de contas e prestação de contas; e • Executar e acompanhar processos de tomada de contas, observando os procedimentos de controle interno e auditoria. 	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos presenciais e introdutórios e cursos de atualização sobre alterações da legislação vigente; • Parceria com outros órgãos públicos, a fim de conhecer novas práticas; • Cursos presenciais ou à distância e grupos formais de estudo sobre a aplicabilidade dos temas no contexto do Ministério; • Curso presencial de capacitação em gestão de contratos, promovido pela ESAF ou ENAP; • Grupo de estudo e de discussão; e • Visitas técnicas em outros órgãos públicos, a fim de conhecer novas práticas.

PROGRAMA GESTÃO DA MELHORIA DOS PROCESSOS

Objetivo geral: aperfeiçoar os processos de trabalho por meio do desenvolvimento de competências de gestão e planejamento.

Tabela 62 – Programa Gestão da Melhoria dos Processos

Área de Conhecimento	Síntese das Melhorias Levantadas	Objetivo de Capacitação	Eventos de Capacitação e Desenvolvimento
<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Formulação, implementação, gerenciamento e avaliação de projetos; • Gestão pública e modelos de gestão; • Gestão de melhoria dos processos; • Planejamento estratégico de comunicação; • Elaboração de relatórios gerenciais; e 	<ul style="list-style-type: none"> • Gerir projetos; • Identificar e analisar os modelos de Gestão pública; • Utilizar instrumentos de gestão de processos para melhorias das rotinas de trabalho; • Formular o planejamento estratégico da área de comunicação; • Elaborar relatórios gerenciais; • Elaborar metas intermediárias. (Plano de Trabalho) com base nas metas institucionais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos presenciais sobre gestão de projetos com conteúdo voltado às necessidades internas; • Oficinas temáticas com técnicos e gerentes a fim de diagnosticar as dificuldades dos processos e propor melhorias; • Oficinas de instrumentação para identificação e definição de modelos de gestão; • Oficinas de elaboração de relatórios; • Grupos de estudo; • Oficinas de Planejamento Estratégico; • Oficinas de Elaboração de Plano de Trabalho; e • Oficina de Gestão de Desempenho; • Programa de Desenvolvimento de Gerentes Operacionais e Supervisores (DGOS).

PROGRAMA DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Objetivo geral: promover desenvolvimento de competências sobre a gestão da informação e Comunicação, no intuito de otimizar o fluxo de informações e a comunicação interna e externa.

Tabela 63 – Programa da Gestão da Informação e Comunicação

Área de Conhecimento	Síntese das Melhorias Levantadas	Objetivo de Capacitação	Eventos de Capacitação e Desenvolvimento
<ul style="list-style-type: none"> • Gestão da Informação • Comunicação 	<ul style="list-style-type: none"> • Processo de arquivamento de informação; • Protocolo, arquivo e biblioteca; • Tramitação de documentos (CPROD e Arquivo); • Levantamento e análise de fluxos documentais; • Criação de protocolo setoriais; • Organização de arquivos eletrônicos e físicos; • Atendimento ao público: interno e externo; • Fotografia; • Língua estrangeira; • Comunicação verbal; • Organização e realização de eventos; • Pesquisa institucional; • Redação oficial e sua aplicabilidade; • Secretariado executivo; e • Língua Brasileira de Sinais – Libras; 	<ul style="list-style-type: none"> • Aprimorar os processos de arquivamento de informação, sobre protocolo, arquivo e biblioteca; • Propor soluções práticas e acessíveis para o arquivamento de informações • Tramitar documentos utilizando o CPROD; • Mapear fluxos documentais; • Organizar arquivos eletrônicos e físicos; • Atender ao público interno e externo satisfatoriamente; • Utilizar técnicas de fotografia oficial; • Dominar a expressão e compreensão oral e escrita de línguas estrangeiras; • Aprimorar a comunicação verbal e articulação em público; • Organizar e realizar eventos, com racionalização e efetividade dos gastos públicos; • Produzir textos claros e objetivos utilizando as normas de Redação Oficial; • Desempenhar as atribuições de secretária utilizando técnicas de secretariado executivo; e • Aperfeiçoar os conhecimentos em Libras; 	<ul style="list-style-type: none"> • Seminário “Ministério das Cidades gerindo suas informações”; • Oficina – princípios básicos de tratamento documental, gestão de documentos e protocolo; • Visitas técnicas em outros órgãos; • Cursos presenciais; • Seminários e Congressos; • Oficina de produção de textos; • Oficinas de revisão de textos; e • Oficinas de instrumentação para conhecer técnicas de Secretariado Executivo.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

Objetivo geral: promover o desenvolvimento de competências relativas à utilização e ao aperfeiçoamento das tecnologias de informação, dos sistemas informatizados do Governo Federal e dos aplicativos e sistemas internos, de forma efetiva.

Tabela 64 – Programa de Desenvolvimento Tecnológico

Área de Conhecimento	Síntese das Melhorias Levantadas	Objetivo de Capacitação	Eventos de Capacitação e Desenvolvimento
<ul style="list-style-type: none"> • INFORMÁTICA - programação e tecnologia da informação; • INFORMÁTICA - sistemas informatizados do Governo Federal;e • INFORMÁTICA- aplicativos e sistemas internos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Segurança da informação e programas de desenvolvimento de sistemas; • Sistemas informatizados do governo e suas aplicabilidades; • Geoprocessamento; • Sistema de Informação Geográfica – SIG; e • Pacote Office; 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar os modelos de segurança da informação e aplicá-los de acordo com a demanda do Ministério; • Construir novos sistemas e aprimorá-los continuamente; • Operar os sistemas: SIAFI, SIAPE e SIGPLAN de forma efetiva; • Utilizar de forma efetiva os programas do pacote Office (Access, Excel, Word e Power Point); • Operar de forma efetiva os sistemas de Geoprocessamento; e • Operar de forma efetiva o sistema GeoSnic; 	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos presenciais e à distância; • Oficinas de instrumentalização para monitoramento de programas; • Oficina de instrumentalização e de aplicabilidade do GeoSnic; • Treinamento sobre o pacote Office; • Curso teórico e Oficinas de instrumentalização sobre desenvolvimento de sistemas; e • Pós-graduação em Geoprocessamento.

PROGRAMA GESTÃO DE PESSOAS

Objetivo geral: promover o desenvolvimento de competências relacionais e de gestão de pessoas, a fim de integrar as pessoas, o aprimorar o desempenho profissional e a satisfação no trabalho.

Tabela 65 – Programa Gestão de Pessoas

Área de Conhecimento	Síntese das Melhorias Levantadas	Objetivo de Capacitação	Eventos de Capacitação e Desenvolvimento
Gestão de Pessoas Educação Saúde Ética	<ul style="list-style-type: none"> • Leis nº. 8.112/90; Lei nº. 9.784/99; Decreto 5.707/06 e das normas internas sobre capacitação; • Finalidade de capacitação; • Elaboração de planos de capacitação; • Avaliação de resultados de capacitação; • Normatização das ações de capacitação; • Métodos de aprendizagem; • Tutoria; • Tomada de decisões e iniciativa; • Pontualidade e comprometimento no trabalho; • Integração com a equipe e com as unidades do Ministério; • Organização do espaço físico; • Perícia médica, qualidade de vida no trabalho; e 	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicar a legislação relativa aos direitos e deveres do servidor; • Aplicar a legislação relativa à capacitação; • Gerir ações de capacitação e aperfeiçoamento dos servidores do Ministério, observando a legislação específica, as diretrizes governamentais e os objetivos setoriais; • Formular estratégias de integração das pessoas, e de melhoria no desempenho das atividades; • Gerir as ações de qualidade de vida; • Solucionar questões relativas à perícia médica, seguridade e benefícios do servidor; e • Gerenciar equipes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Curso de curta duração/aperfeiçoamento – Oficina Prática sobre legislação de pessoal, - estudo de casos; • Oficinas de integração e trabalho em equipe – encontros semanais, onde cada encontro aborda um tema; • Workshop sobre liderança e gestão de pessoas; • Workshop sobre motivação e criatividade no trabalho; • Seminários, congressos e fóruns; • Oficinas de instrumentalização para definição de ações de capacitação; e • Visitas técnicas em outros órgãos.

Ação 8785 – Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC

A ação foi cumprida mediante a execução de 85,36% da meta financeira com previsão inicial de R\$ 10.500.000 e realização de R\$ 8.962.952. Não há previsão de execução física na Lei Orçamentária Anual.

Ação 8872 - Apoio à Capacitação de Gestores Municipais e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano

Tabela 66 – Ação 8872: Atividades/Eventos no Exercício de 2009

Favorecido	Identificação	Valor Empenho	Reforço Empenho	Anulação Empenho	Valor Pago
Dialog Serviços de Comunicação e Eventos Ltda.	Curso Financiamento do Desenvolvimento Urbano no Brasil e Recuperação de Mais-Valias Fundiárias. Processo nº 80000.002543/2009-47	13.276,80			13.276,80
	Banner 1º Oficina de Gestão Pública	101,89			101,89
	Reunião de Oficinas de Capacitação da Ação Fiscal em Tributação Imobiliária no Período de 5 a 8 de maio de 2009	65.468,33			65.468,33
	Tradução de Textos do Livro que compõe o Módulo Básico do PNCC.	18.049,44			18.049,44
	Para atender despesa referente a formalização do 4º termo aditivo ao contrato 25/2007. Processo origem: 05000152007	10.000,00			10.000,00
	Realização da Reunião para Coordenadores dos Projetos Aprovados no Âmbito Editorial Proext MEC/Cidades 01/2009 nos dias 26, 27 e 28/08/2009	11.325,60			11.325,60
	Seminário Regional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários. Processo nº 80000.026811/2009-16	44.236,00			44.236,00
	Curso de Capacitação se Servidores da Prefeitura de Ilhabela/SP, Período de 22 a 23/10/2009. Processo nº 80000.032877/2009-45	17.949,24			17.949,24

	Fórum Nacional de Reforma Urbana, Em Recife/PE, Período de 22 a 24/10/2009. Processo nº 80000.028963/2009-53	138.500,04			84.943,32
	Para atender despesas com serviços de apoio ao evento 3º Seminário do Projeto Capacitando os Vereadores do Brasil. Processo nº 80000.035757/2009-08	33.336,52			33.336,52
	I Encontro Nacional de Tecnologia da Informação para os Municípios Brasileiros e I Encontro Nacional do Software Público Realizados entre os dias 27 e 30/10/2009, na cidade de Brasília.	101.004,25			101.004,25
Total pago à DIALOG		453.248,11			399.691,39
Favorecido	Identificação	Valor Empenho	Reforço Empenho	Anulação Empenho	Valor Pago
Gráfica e Editora Brasil Ltda.	Serviços Gráficos para Editoração, Diagramação e Impressão do Livro que compõe o Módulo Básico do PNCC. Processo Origem nº 05000222005	25.205,44			0,00
	Serviços Gráficos Para o Seminário Regional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos. Processo nº 80000.034129/2009-05	248,50	248,50		497,00
	Impressão e Cartilha dos Vereadores no Processo de Elaboração de Planos Diretores Participativos. Processo nº 80000.034919/2009-82 Processo Origem: 05000222005	12.600,00			12.600,00

	Material Gráfico para o Seminário Internacional Instrumentos Urbanísticos. Valorização do Solo a indução do Desenvolvimento Urbano. Um Diálogo Brasil - Colômbia - Japão. Processo nº 80000.041811/2009-46	168,00	1.100,00	0,00
	Publicação sobre a Lei nº 11.977/09, Regularização Fundiária de Assentamentos Urbanos comentada. Processo nº 80000.038505/2009-22.	18.200,00		0,00
Total pago à Gráfica e Editora do Brasil		57.770,44		13.097,00
Valores descentralizados às Instituições Federais de Ensino Superior - IFES				
INSTITUIÇÕES			Valor Empenhado	Valor Pago
Universidade Federal de Santa Catarina 83.899.526-0001-82			44.890,52	0,00
Departamento de Ciências Geográficas – Universidade Federal de Pernambuco 24.134.488/0001-08			39.920,00	30.400,00
Universidade Federal do Rio Grande – FURG 94.877.586/0001-10			37.300,00	37.300,00
Fundação Universidade Federal de Pelotas 92.242.080/0001-00			13.847,03	0,00
Universidade Federal De Viçosa 25.944.455/0001-96			39.997,90	24.965,38
Valor total descentralizado às IFES				92.665,38
TOTAL DE PAGAMENTOS NA AÇÃO 8872				505.453,77

Abaixo a relação do objeto das descentralizações externas de crédito orçamentário e repasse financeiro às Universidades:

I – Universidade Federal de Santa Catarina – projeto de formação “Curso de capacitação em Geoprocessamento para as prefeituras do Vale do Itajaí”.

II - Universidade Federal de Pernambuco – projeto de capacitação dos Software GEOSNIC/TERRAVIEW/EDIT aplicados a gestão e planejamento territorial dos municípios do Estados de Pernambuco.

III – Universidade Federal de Rio Grande – projeto de formação básica em geotecnologias para servidores de municípios da mesoregião metropolitana de Porto Alegre.

IV – Universidade Federal de Pelotas – projeto de “Capacitação Municipal em Gestão Ambiental Utilizando Ferramentas de Geoprocessamento – UFPEL – Universidade Federal de Pelotas”

V – Universidade Federal de Viçosa – projeto de capacitação de agentes municipais na utilização de software livre de sistemas de informação geográfica e sensoriamento remoto em atividades de gestão pública.

Algumas ações e atividades de capacitação que foram planejadas em 2009 não puderam ser realizadas em virtude de atrasos burocráticos e também por falta de recursos financeiros. No decorrer do ano houve contingenciamento dos recursos da ação, o que comprometeu sua execução física. Essa situação pode ser exemplificada pelo Portal do Programa Nacional de Capacitação das Cidades e dos Cursos de Auto-Instrução, que serão elaborados e lançados com recursos de 2010.

No que diz respeito à eficiência, procurou-se a otimização de todos os recursos, sobretudo o financeiro, utilizada para a execução das ações e atividades com rigoroso critério para análise e aprovação dos mesmos, levando-se em consideração principalmente os objetivos do programa/ação.

Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos servidores públicos federais

Ação cumprida conforme o previsto, com execução de 99,98% no valor de R\$ 2.923.381,38. Não há previsão de execução física na Lei Orçamentária Anual.

Ação 2000 – Administração da Unidade

A ação foi cumprida mediante a execução de 80,28% da meta financeira com previsão inicial de R\$ 71.706.356 e realização de R\$ 57.564.765. Não há previsão de execução física na Lei Orçamentária Anual.

A Coordenação de Recursos Logísticos buscou a otimização dos recursos orçamentários sob sua responsabilidade, e conseqüente melhoria da eficiência, da eficácia e da efetividade na aplicação dos recursos da ação ao atingimento dos principais objetivos nas áreas de sua atuação, dando condições logísticas às Unidades que compõem a estrutura do Ministério das Cidades.

Ação 2003 – Ações de Informática

A dotação orçamentária da ação sofreu contingenciamento o que resultou na execução financeira de apenas 31,12%, com previsão inicial de R\$ 7.195.220 e realização de R\$ 2.239.243. Não há previsão de execução física na Lei Orçamentária Anual.

Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.

No exercício de 2009, da dotação autorizada de R\$ 253.650,00 foram empenhados e liquidados R\$ 243.650,00, equivalente a 95,90% de execução.

Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados.

Esta ação foi cumprida em 98,51%, totalizando empenhos no valor de R\$ 50.208,85, de um total de crédito concedido de R\$ 58.086,00.

Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos servidores e Empregados.

A ação foi cumprida mediante execução de 98,04% da dotação orçamentária autorizada. Se considerado o contingenciamento ocorrido em relação à dotação prevista, o empenho foi de 100% do crédito concedido.

Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos servidores e empregados.

A ação foi cumprida mediante a execução de 90,03% da meta financeira prevista, no valor total de empenho de R\$ 764.177,37.

Ação 20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos

Ação criada por crédito especial através da Lei nº 12.118, de 14 de dezembro de 2009 cujos recursos ficaram contingenciados.

Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

A ação foi cumprida mediante a execução de 92,24% da meta financeira prevista, com realização de R\$ 922.354. Não há previsão de execução física na Lei Orçamentária Anual.

2.4.5. Indicadores Institucionais

O Programa 0310 – Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano é do tipo apoio às políticas públicas e áreas especiais e por isso não possui indicadores de desempenho.

3. Informações sobre Recursos Humanos

Tabela 67 – Composição de Recursos Humanos

Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação autorizada
Estatutários	54	
Próprios	51	139
Requisitados	3	
Celetistas	78	
Cargos de livre provimento	76	54
Estatutários	42	
Não Estatutários	34	
Total	120	

O quantitativo de “Lotação autorizada” de **Estatutários** próprios refere-se ao quantitativo de vagas de cargos efetivos redistribuídas para este órgão. Incluem as vagas ocupadas e as desocupadas.

O quantitativo de “Lotação autorizada” de **Cargos de livre provimento** corresponde à quantidade de **DAS** autorizado para a unidade, incluindo os ocupados e vagos. O campo de “lotação efetiva” de cargos de livre provimento contém os ocupantes de **DAS** e os ocupantes de **FCT**.

Tabela 68 – Composição de Recursos Humanos nos Exercícios de 2007, 2008 e 2009

QUADRO PRÓPRIO								
Tipologia	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações		
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	65	R\$ 381.220,67	R\$ 144.664,93	R\$ 1.407.466,67	0	0		
2008	64	R\$ 471.451,20	R\$ 190.962,80	R\$ 1.417.618,00	0	0		
2009	62	R\$ 1.068.720,00	R\$ 208.414,80	R\$ 1.013.126,00	0	0		
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	0	0	0	0	0	0		
2008	0	0	0	0	0	0		
2009	78	R\$ 2.104.926,75	0	0	0	0		
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)								
2007	28	R\$ 1.241.920,53	0	0	0	0		
2008	33	R\$ 1.617.716,53	0	0	0	R\$ 38.503,33		
2009	32	R\$ 1.527.892,93	0	0	0	R\$ 43.200,00		
Requisitado com ônus para a UJ								
2007	4	0	R\$ 218.024,13	0	0	0		
2008	3	0	R\$ 200.954,93	0	0	0		
2009	2	0	R\$ 146.204,93	0	0	0		
Requisitado sem ônus para a UJ								
2007	41	0	R\$ 1.017.556,53	0	0	0		
2008	39	0	R\$ 980.583,60	0	0	0		
2009	34	0	R\$ 1.037.428,27	0	0	0		
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	-	-	198	9.221.649,73	NA*	NA*	14	R\$ 81.840,00
2008	-	-	198	7.604.332,32	NA	NA	8	R\$ 44.608,00
2009	140	3.563.575,19	226	9.490.363,30	NA	NA	14	R\$ 78.329,00

*apuração em 31/12/2007.

Nos exercícios anteriores ao exercício sob exame não havia contratos de conservação e vigilância e outros, vez que, o orçamento para as despesas condominiais era repassado para o Ministério do Esporte, administrador do Bloco “A” da Esplanada dos Ministérios, antiga sede.

Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Não há indicadores a serem informados.

Análise Crítica

Com vistas a obtenção de um diagnóstico da força de trabalho do órgão, a CGRH procedeu com o levantamento de necessidades de pessoal junto às Unidades Administrativas desta Pasta, o que culminou, inicialmente, na solicitação de 75 servidores de nível médio, 162 servidores de nível superior e 132 servidores ocupantes dos cargos criados pela Lei n.º 11.907/2009, totalizando 369 servidores.

Todavia, após solicitação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, realizou-se junto às áreas finalísticas, revisão do quantitativo de pessoal solicitado, o que resultou no total de 295 servidores, distribuídos em 26 servidores de nível médio, 129 servidores de nível superior e 140 servidores dos cargos criados pela Lei n.º 11.907, de 02.02.2009.

Ainda sobre a força de trabalho deste órgão, cumpre informar que por meio da Lei n.º 11.539, de 08.11.2007, foram criados, no âmbito da administração pública federal direta, a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e o Cargo isolado de Especialista em Infra-Estrutura Sênior, tendo sido redistribuídos para esta Pasta 22 cargos de Especialista de Infraestrutura e 112 cargos de Analistas de Infraestrutura, totalizando 134 cargos. Salienta-se que em aproximadamente 18 meses da realização do concurso público para ingresso na carreira de infraestrutura, este órgão já contabiliza 26 cargos vagos.

Em 31.12.2008 foi homologado o resultado final do processo seletivo realizado, cujas contratações tiveram início a partir de 09.03.2009 e, dentre os cargos não preenchidos por falta de candidatos e as inúmeras desistências, quando da convocação para assinatura dos contratos, atualmente, após diversas rescisões ocasionadas pela chamada para concursos públicos de cargo efetivo, das 120 vagas oferecidas, 89 encontram-se ocupadas e 31 vagas.

Desta feita, corroborando com as deficiências de pessoal já apontadas, o quadro abaixo explicita a força de trabalho disponível e desejável, distribuída por Unidade Administrativa:

Tabela 69 - Força de Trabalho Disponível e Desejável, distribuída por Unidade Administrativa

Cargo	Gabinete			SE			SPOA*			DENATRAN		
	ocupados	vagos	Demanda Concurso	ocupados	vagos	Demanda Concurso	ocupados	vagos	Demanda Concurso	ocupados	vagos	Demanda Concurso
PGPE - NI	6	2	13	4	1	6	25	17	20	9	2	41
PGPE - NS	11	4	26	9	7	21	23	34	22	14	4	39
Analista de Infraestrutura	0	0	0	2	0	0	0	17	0	7	0	4
Especialista em Infraestrutura Sênior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
Total	17	6	39	15	8	27	48	68	42	31	6	86

Cargo	SNH			SNSA			SeMOB			SNPU		
	ocupados	vagos	Demanda Concurso	ocupados	vagos	Demanda Concurso	ocupados	vagos	Demanda Concurso	ocupados	vagos	Demanda Concurso
PGPE - NI	8	3	15	10	0	30	3	3	9	6	0	2
PGPE - NS	12	10	28	10	13	30	4	3	3	9	2	9
Analista de Infraestrutura	21	3	20	29	1	83	19	2	19	10	1	4
Especialista em Infraestrutura Sênior	9	0	0	9	1	2	1	1	0	1	0	0
Total	50	16	63	58	15	145	27	9	31	26	3	15

Pelo exposto, enfatizam-se os seguintes pontos críticos com relação à força de trabalho deste Ministério: alto índice de evasão dos servidores oriundos do último concurso realizado para os cargos do PGPE, dada defasagem salarial e insuficiência de servidores pertencentes à carreira de infraestrutura no quadro de pessoal deste Órgão, face a crescente destinação de recursos orçamentários ao longo dos anos.

No tocante aos procedimentos relativos à substituição de terceirizados que exercem atividades finalísticas do órgão, consigna-se que o Ministério das Cidades, no exercício de 2005, possuía o quantitativo de 42 (quarenta e dois) trabalhadores terceirizados que desempenhavam tais atividades, sendo 21 cargos de nível médio e 21 de nível superior, os quais foram devidamente substituídos, em dezembro de 2007.

Ainda, visando subsidiar o fortalecimento da missão institucional, o Ministério das Cidades dispõe de um Plano Bial de Capacitação, o qual objetiva promover o desenvolvimento das competências dos servidores desta Pasta, de forma que possam desempenhar suas atribuições visando o atendimento das demandas institucionais, por meio do desenvolvimento de suas competências individuais.

Para o alcance desse objetivo, foram elencados os seguintes objetivos específicos:

- Capacitar os servidores dentro das suas necessidades de trabalho;
- Formar servidores para atuarem em cargos de chefia e assessoramento, de acordo com os preceitos da Administração Pública;
- Atender as demandas de capacitação oriundas das diversas unidades do Ministério; e
- Cumprir os Programas estabelecidos no Plano, cujas ações de capacitação e planejamento estão previstas para execução no período de abril/2009 a abril/2011.

4. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

5. Inscrição de Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Tabela 70 – Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	54.605	-3.487	50.701	418
2007	457.322		388.652	68.670
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	33.872.522	-2.236.137	10.428.710	21.207.675
2007	409.355.012	-4.298.335	177.304.089	227.752.587
2006	13.644.403	-1.268.200	12.376.203	
2005	182.242	-182.242		
Observações:				

Análise Crítica

Os restos a pagar processados inscritos no Exercício 2009 perfizeram o montante de R\$ 511.927,00 (quinhentos e onze mil novecentos e vinte e sete reais), sendo R\$ 54.605,00 (cinquenta e quatro mil seiscientos e cinco reais) relativos ao ano de 2008 e R\$ 457.322,00 do ano de 2007. Observa-se que 86% dos restos a pagar processados relativos aos exercícios 2007 e 2008 foram pagos.

Com relação aos restos a pagar não processados, foram inscritos cerca de R\$ 457 milhões, cancelados R\$ 7,98 milhões e pagos R\$ 200 milhões, ou seja, 45% dos restos a pagar líquidos foram pagos. Pela execução financeira, observa-se que existe uma prioridade no pagamento dos restos a pagar mais antigos. Cabe ressaltar que os restos a pagar referentes a 2005 e 2006 tiveram sua validade encerrada em 31/03/2009.

6. Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

Tabela 71 – Quadro de Detalhamento de Transferências

Tipo	Ident.	Convenente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	
1	73111	10358190000177	56.486,72	0,00	56.486,72	0,00	23/JUN/1993	17/FEV/1994	5
1	74227	83108357000115	558.055,30	0,00	558.055,30	0,00	02/AGO/1993	22/FEV/1995	5
1	78291	00394577000125	1.149.077,26	0,00	1.149.077,26	0,00	30/SET/1993	22/JAN/1995	5
1	80239	18296681000142	10.966,49	0,00	10.966,49	0,00	09/JUL/1993	02/JUL/1994	0
1	80448	16752446000102	410.968,14	0,00	410.968,14	0,00	25/OUT/1993	15/AGO/1995	5
1	80834	83102343000194	1.407.273,76	0,00	1.407.273,76	0,00	25/OUT/1993	01/DEZ/1995	6
1	81203	88585518000185	224.062,16	0,00	224.062,16	0,00	27/OUT/1993	20/ABR/1995	5
1	81215	07954480000179	1.889.744,62	0,00	1.889.744,62	0,00	28/OUT/1993	19/JUL/1995	0
1	81423	89814693000160	694.523,45	0,00	694.523,45	0,00	26/OUT/1993	18/JAN/1995	5
1	84022	18715391000196	313.434,96	0,00	313.434,96	0,00	16/NOV/1993	10/NOV/1994	5
1	84032	44880060000111	217.085,93	0,00	217.085,93	0,00	16/NOV/1993	10/NOV/1994	5
1	84798	82951310000156	3.637.117,56	0,00	3.637.117,56	0,00	22/NOV/1993	15/JUL/1995	5
1	84799	82951310000156	1.625.032,30	0,00	1.625.032,30	0,00	22/NOV/1993	14/JUL/1995	5
1	85908	18140756000100	276.642,60	0,00	276.642,60	0,00	15/ABR/1994	26/ABR/1995	0
1	86442	08778326000156	160.569,85	0,00	160.569,85	0,00	23/DEZ/1993	18/SET/1994	5
1	88164	76282649000104	399.705,19	0,00	399.705,19	0,00	16/DEZ/1993	09/ABR/1995	5
1	88723	28636579000100	313.069,49	0,00	313.069,49	0,00	22/DEZ/1993	16/NOV/1994	5
1	94428	07616162000106	940.153,38	0,00	940.153,38	0,00	20/JAN/1994	14/MAI/1995	5
1	95164	28531762000133	345.170,34	0,00	345.170,34	0,00	02/FEV/1994	01/DEZ/1994	5
1	98575	03507415000144	1.128.304,95	0,00	1.128.304,95	0,00	18/ABR/1994	13/NOV/1994	5
1	102743	75730994000109	262.345,77	0,00	262.345,77	0,00	25/AGO/1994	02/MAI/1995	5
1	103452	13937032000160	722.135,03	0,00	722.135,03	0,00	25/JUL/1994	20/MAI/1995	5
1	105238	17095043000109	469.780,42	0,00	469.780,42	0,00	29/JUL/1994	24/ABR/1995	5
1	106843	44569051000104	434.172,76	0,00	434.172,76	0,00	23/AGO/1994	19/MAI/1995	5
1	107212	46379400000150	213.131,21	0,00	213.131,21	0,00	25/AGO/1994	17/NOV/1995	5
1	107707	18296681000142	140.188,42	0,00	140.188,42	0,00	01/SET/1994	29/DEZ/1994	5
1	107959	15412257000128	1.203.832,17	0,00	1.203.832,17	0,00	08/SET/1994	05/MAI/1995	5
1	108678	51885242000140	745.879,55	0,00	745.879,55	0,00	21/SET/1994	14/NOV/1995	5
1	109439	16752446000102	103.995,72	0,00	103.995,72	0,00	23/SET/1994	19/JUL/1995	5
1	110006	02204196000161	570.270,27	0,00	570.270,27	0,00	30/SET/1994	26/JUN/1995	5
1	110007	11303906000100	132.407,93	0,00	132.407,93	0,00	30/SET/1994	23/NOV/1995	5
1	110714	45279635000108	285.728,40	0,00	285.728,40	0,00	18/OUT/1994	12/SET/1995	5
1	111810	18312975000110	158.522,69	0,00	158.522,69	0,00	08/NOV/1994	06/MAI/1995	0
1	112109	76245042000154	131.650,00	0,00	131.650,00	0,00	14/NOV/1994	10/AGO/1995	5
1	112398	14239578000100	198.209,63	0,00	198.209,63	0,00	23/NOV/1994	20/JUL/1995	5
1	112534	76950039000131	126.424,46	0,00	126.424,46	0,00	23/NOV/1994	19/AGO/1995	5
1	112618	03184058000120	47.852,66	0,00	47.852,66	0,00	24/NOV/1994	21/JUL/1995	0
1	112989	08241747000143	32.324,44	0,00	32.324,44	0,00	28/NOV/1994	25/JUL/1995	5
1	113141	23456650000141	141.495,77	0,00	141.495,77	0,00	29/NOV/1994	26/JUL/1995	5
1	113285	18457218000135	1.956.649,06	0,00	1.956.649,06	0,00	30/NOV/1994	22/FEV/1996	5
1	113828	10571982000125	432.325,40	0,00	432.325,40	0,00	07/DEZ/1994	01/DEZ/1995	5
1	113981	24851511000185	52.521,50	0,00	52.521,50	0,00	08/DEZ/1994	03/OUT/1995	5
1	114053	87455531000157	270.810,99	0,00	270.810,99	0,00	12/DEZ/1994	07/OUT/1995	5
1	114950	06104863000195	440.061,50	0,00	440.061,50	0,00	23/DEZ/1994	17/JAN/1996	5
1	115451	06742480000142	106.762,23	0,00	106.762,23	0,00	26/DEZ/1994	21/SET/1995	6
1	115576	13845086000103	47.202,43	0,00	47.202,43	0,00	26/DEZ/1994	23/JUN/1995	5
1	115769	01988914000175	44.222,66	0,00	44.222,66	0,00	27/DEZ/1994	23/SET/1995	5
1	115775	27150549000119	228.042,91	0,00	228.042,91	0,00	27/DEZ/1994	22/OUT/1995	5
1	126271	13937032000160	21.221.477,00	3.648.218,00	17.573.259,00	0,00	25/JUL/1995	30/SET/1997	0

2	290115	14239578000100	501.711,30	155.145,82	346.565,48	0,00	14/NOV/1995	13/NOV/2005	0
2	290119	27174093000127	1.641.388,13	446.989,10	1.194.399,03	0,00	01/AGO/1995	31/JUL/2005	5
2	290128	13845086000103	233.722,18	30.879,91	202.842,27	0,00	03/AGO/1995	02/AGO/2005	5
2	290137	88585518000185	530.884,62	125.184,08	405.700,54	0,00	08/AGO/1995	07/AGO/2005	5
2	290149	02204196000161	64.709,00	7.681,97	57.027,03	0,00	22/AGO/1998	21/AGO/2005	5
2	290152	10358190000177	255.436,57	128.193,65	127.242,92	0,00	15/JAN/1996	14/JAN/2006	5
2	290153	03507415000144	569.146,44	22.924,15	546.222,29	0,00	22/AGO/1995	21/AGO/2005	0
2	290159	76950039000131	465.674,04	125.071,43	340.602,61	0,00	04/AGO/1995	03/AGO/2005	5
2	290160	23456650000141	333.918,73	127.802,82	206.115,91	0,00	09/AGO/1995	08/AGO/2005	0
2	290161	06104863000195	1.106.488,77	411.856,44	694.632,33	0,00	07/NOV/1995	06/NOV/2005	5
2	290163	76245042000154	348.654,21	122.277,95	226.376,26	0,00	16/NOV/1995	15/NOV/2005	5
2	290166	04312369000190	8.237.699,01	1.513.075,91	6.724.623,10	0,00	05/AGO/1996	04/AGO/2006	0
2	290168	00394577000125	676.832,71	201.174,44	475.658,27	0,00	04/DEZ/1995	31/DEZ/2007	5
2	290169	04312369000190	1.214.244,51	396.887,02	817.357,49	0,00	03/MAI/1995	02/MAI/2005	0
2	290175	27150549000119	749.539,25	189.045,31	560.493,94	0,00	14/AGO/1995	31/DEZ/2006	0
2	290178	13927801000149	1.284.879,84	200.427,19	1.084.452,65	0,00	11/AGO/1995	10/AGO/2005	5
2	290185	02056729000105	2.956.744,95	763.856,25	2.192.888,70	0,00	10/NOV/1995	09/NOV/2005	5
2	290186	45279635000108	536.683,40	127.233,22	409.450,18	0,00	03/AGO/1995	02/AGO/2005	5
2	290188	15412257000128	1.221.310,54	465.043,10	756.267,44	0,00	31/AGO/1995	30/AGO/2005	5
2	290191	01067479000146	3.475.008,60	962.651,33	2.512.357,27	0,00	04/DEZ/1995	03/DEZ/2005	5
2	290205	46379400000150	1.741.590,48	517.072,54	1.224.517,94	0,00	21/JUL/1995	20/JUL/2005	0
2	290206	82951310000156	2.191.110,60	456.053,22	1.735.057,38	0,00	10/AGO/1995	09/AGO/2005	5
2	290217	28636579000100	183.204,77	73.825,60	109.379,17	0,00	12/SET/1995	11/SET/2005	5
2	290224	24851511000185	726.931,19	185.427,70	541.503,49	0,00	15/SET/1995	14/SET/2005	5
2	290226	18457218000135	5.798.663,20	1.451.644,74	4.347.018,46	0,00	31/JUL/1995	31/DEZ/2007	5
2	290230	08241747000143	1.011.224,67	165.144,63	846.080,04	0,00	14/AGO/1995	13/AGO/2005	5
2	290231	01612092000123	2.558.251,92	814.201,25	1.744.050,67	0,00	01/DEZ/1995	30/NOV/2005	5
2	290234	07954480000179	4.532.920,13	854.938,04	3.677.982,09	0,00	28/JUL/1995	31/DEZ/2008	0
2	290235	46680500000112	2.421.593,92	410.879,68	2.010.714,24	0,00	01/AGO/1995	31/DEZ/2006	5
2	290236	83102343000194	1.072.068,86	170.355,21	901.713,65	0,00	20/DEZ/1995	19/DEZ/2005	6
2	290245	06354468000160	4.181.117,64	1.134.149,41	3.046.968,23	0,00	31/AGO/1995	30/AGO/2005	0
2	290246	89814693000160	468.293,65	16.548,06	451.745,59	0,00	21/AGO/1995	20/AGO/2005	0
2	290253	82951310000156	3.610.226,19	1.081.275,36	2.528.950,83	0,00	14/AGO/1995	13/AGO/2005	5
2	290257	83102236000166	1.266.268,74	178.986,36	1.087.282,38	0,00	10/AGO/1995	09/AGO/2005	0
2	290258	08778326000156	855.597,18	134.466,62	721.130,56	0,00	30/AGO/1995	29/AGO/2005	5
2	290261	44569051000104	508.196,55	134.390,75	373.805,80	0,00	29/AGO/1995	28/AGO/2005	0
2	290262	01988914000175	487.492,40	116.089,93	371.402,47	0,00	09/AGO/1995	08/AGO/2005	5
2	290263	89814693000160	983.269,95	259.468,29	723.801,66	0,00	24/NOV/1995	31/DEZ/2006	0
2	290267	17095043000109	61.810,91	15.452,73	46.358,18	0,00	28/AGO/1995	27/AGO/2005	5
2	290273	18715441000135	258.423,20	55.652,59	202.770,61	0,00	01/DEZ/1995	30/NOV/2005	5
2	290278	88585518000185	443.403,12	37.701,58	405.701,54	0,00	23/AGO/1995	22/AGO/2005	5
2	290279	06742480000142	570.000,05	46.486,83	523.513,22	0,00	02/AGO/1995	01/AGO/2005	6
2	290281	11303906000100	1.427.993,60	468.427,16	959.566,44	0,00	09/FEV/1996	08/FEV/2006	0
2	290290	28531762000133	1.681.983,08	252.297,47	1.429.685,61	0,00	12/DEZ/1995	11/DEZ/2005	5
2	290292	51885242000140	4.000.333,40	1.000.083,33	3.000.250,07	0,00	08/AGO/1995	07/AGO/2005	5
2	290294	16752446000102	275.998,26	65.646,68	210.351,58	0,00	04/AGO/1995	03/AGO/2005	0
2	290297	28531762000133	996.287,77	209.083,17	787.204,60	0,00	12/DEZ/1995	11/DEZ/2005	5
1	291185	03723329000179	1.200.000,00	0,00	1.200.000,00	0,00	21/FEV/2001	28/FEV/2005	0
1	316976	10571982000125	2.039.648,75	285.000,00	1.754.648,75	0,00	20/MAR/1996	30/SET/1999	0
1	365537	03657079000116	284.077,99	83.845,00	200.232,99	0,00	28/OUT/1998	28/FEV/1999	5
1	384048	06554869000164	340.544,52	29.000,00	311.544,52	0,00	31/DEZ/1999	25/OUT/2000	5
1	462148	03604923000140	246.000,00	123.000,00	123.000,00	0,00	24/JUL/2002	23/FEV/2003	5
1	465721	33645482000196	79.200,00	13.200,00	66.000,00	0,00	01/OUT/2002	31/MAI/2003	5
1	472547	49351919000119	18.920,00	3.152,00	15.768,00	0,00	18/DEZ/2002	17/ABR/2003	5
3	472791	04058132000125	470.000,00	0,00	470.000,00	0,00	20/DEZ/2002	19/DEZ/2003	0
1	473844	68314830000127	585.002,43	100.252,43	484.750,00	0,00	23/DEZ/2002	19/DEZ/2003	5
1	482972	49351919000119	75.000,00	0,00	75.000,00	0,00	02/OUT/2003	30/AGO/2009	5

1	483888	31153877000146	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	16/OUT/2003	16/MAI/2004	5
1	489087	71927594000129	232.152,00	38.692,00	193.460,00	0,00	17/DEZ/2003	16/DEZ/2004	5
1	497712	33645482000196	189.197,45	0,00	189.197,45	0,00	17/DEZ/2003	16/OUT/2005	5
1	497916	49351919000119	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	17/DEZ/2003	15/SET/2005	5
1	499431	49351919000119	20.804,00	3.468,00	17.336,00	0,00	17/DEZ/2003	16/DEZ/2004	5
1	500742	00366849000183	149.040,00	0,00	149.040,00	0,00	27/ABR/2004	26/ABR/2005	1
1	500753	00366849000183	416.412,09	0,00	416.412,09	0,00	27/ABR/2004	01/JUN/2009	0
1	509705	33945015000181	235.767,94	46.500,00	189.267,94	0,00	30/AGO/2004	30/JUN/2005	5
1	511682	03723329000179	5.223.169,00	0,00	5.223.169,00	0,00	16/AGO/2004	31/DEZ/2006	0
1	514780	49351919000119	23.838,00	3.973,00	19.865,00	0,00	03/DEZ/2004	02/JAN/2005	5
1	516973	01746741000189	62.100,00	12.100,00	50.000,00	0,00	27/DEZ/2004	28/OUT/2006	5
1	526689	33665647000191	110.549,00	20.549,00	90.000,00	0,00	30/SET/2005	29/OUT/2005	5
1	527046	01633295000104	224.530,00	24.530,00	200.000,00	0,00	20/OUT/2005	19/DEZ/2005	5
1	529843	03253271000147	116.000,00	19.000,00	97.000,00	0,00	25/NOV/2005	31/DEZ/2006	0
1	544591	02385669000174	589.640,00	127.120,00	462.520,00	0,00	26/DEZ/2005	30/SET/2007	0
1	572637	03635232000104	265.210,00	26.700,00	238.510,00	0,00	10/NOV/2006	30/ABR/2008	0
1	605653	01994905000197	157.500,00	7.875,00	149.625,00	7.875,00	28/DEZ/2007	15/JAN/2009	0
1	605674	11515970000146	97.559,52	5.400,00	92.159,52	0,00	28/DEZ/2007	21/DEZ/2008	0
1	611031	03954927000159	109.910,00	21.982,00	87.928,00	0,00	28/DEZ/2007	20/AGO/2008	0

As unidades integrantes do MCidades foram incluídas como Unidades Executoras no exercício sob exame, às quais foram transferidos os saldos existentes de programas de Saneamento Habitação, Mobilidade Urbana e Programas Urbanos registrados anteriormente sob a responsabilidade da Coordenação-Geral de Planejamento. O Saldo existente refere-se às transferências pendentes às Unidades competentes.

7. Previdência Complementar Patrocinada

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

8. Fluxo Financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

9. Renúncias Tributárias

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

10. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno e do Tribunal de Contas da União

Tabela 72 – Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

Recomendações da CGU	
Recomendações expedidas pela CGU	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Numero do Relatório
Não há informações a relatar.	
Descrição da Recomendação:	
Não há informações a relatar.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	
Não há informações a relatar.	
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:	
Não há informações a relatar.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há informações a relatar.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Tabela 73 – Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Coordenação Geral de Recursos Logísticos					073980
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	027.920/2006-0	AC-2353-41/09-P	9	DE	Ofício nº 1385/2009 Comunicação de Decisão Min. Das Cidades
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério das Cidades					042672
Descrição da Deliberação:					
<p>Acórdão nº. 2353/2009 – TCU – Plenário, que trata de Relatório de Auditoria realizada no Ministério das Cidades, em cumprimento à determinação contida no subitem 9.2 do Acórdão n.º 256/2005 - Plenário, cujo foco é verificar a "existência da terceirização de atividades finalísticas, a especialização dos serviços prestados, bem como investigar a forma de direção dos serviços e as medidas adotadas pelo órgão para controle das obrigações trabalhistas a cargo da contratada".</p> <p>“(…)</p> <p>9.2. determinar, com base no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno, ao Ministério das Cidades que, no prazo de 360 dias, contados da ciência do presente Acórdão, adote as seguintes ações:</p> <p>9.2.1. elabore, em conjunto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por intermédio de suas Secretarias de Gestão e de Recursos Humanos, cronograma atualizado de substituição dos contratos de terceirização de atividades finalísticas do Ministério das Cidades, por ventura existentes, os quais se revelem imprescindíveis ao desempenho da missão institucional, pela contratação de servidores mediante prévio concurso público, conforme determina o art. 37, inciso II, da Constituição Federal, dando ciência a este Tribunal;</p> <p>9.2.2. abstenha-se de realizar novas contratações de empresas para a prestação de serviços inerentes ao plano de cargos desse Ministério, que deverá ser executada por servidores previamente aprovados em concurso público e/ou nomeados para cargos em comissão, nos termos estabelecidos pelo art. 37, incisos II e V, da Constituição Federal;</p> <p>9.2.3. ao gerenciar contratos de terceirização, evite a configuração de relações profissionais com os empregados da contratada que impliquem pessoalidade, subordinação jurídica ou desvio de função, respeitadas as prescrições contidas no art. 1º, § 2º do Decreto nº. 2.271/1997 e a Súmula nº. 331 do Tribunal Superior do Trabalho;</p> <p>9.2.4. exija das empresas contratadas a apresentação dos currículos dos empregados, de molde a verificar a compatibilidade do perfil profissional desses funcionários com os requisitos estabelecidos no edital a que se acha vinculada a avença, em conformidade com o disposto nos arts. 41, 54, § 1º, e 66, todos da Lei nº 8.666/1993, evitando, assim, as incongruências</p>					

identificadas pela equipe de auditoria da Secretaria deste Tribunal, nos Contratos nº. 19/2006, celebrado com a empresa PH Serviços e Administração Ltda., e 32/2005, firmado com a ECOPLAN Engenharia Ltda.;

9.2.5. mantenha, no local da prestação dos serviços, cópias dos registros de trabalho dos empregados terceirizados, devendo, ainda, esses funcionários serem devidamente identificados com crachás em que constem o nome, função, data de admissão e número de PIS/PASEP, a fim de permitir ao órgão competente a fiscalização dos trabalhos prestados pela empresa contratada, conforme determina o art. 5º, alínea "a", da Instrução normativa MTE nº 3/1997, a fim de evitar falhas verificadas na execução do Contrato nº 19/2006;

9.2.6. fiscalize e exija da empresa contratada a implementação de mecanismos adequados de controle efetivo de frequência dos funcionários terceirizados de forma a atender ao disposto nos arts. 58, inciso III, e 67, da Lei nº 8.666/1993, e evitar o risco de liquidar despesa sem a comprovação da efetiva prestação de serviço, conforme exige o art. 36, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 93.872/1986, a exemplo da situação encontrada, em relação à primeira ocorrência, no Contrato nº 19/2006 e, quanto à segunda ocorrência, no Contrato nº 39/2006, celebrado com a empresa RRN Comunicação e Marketing SS Ltda;

9.2.7. justifique fundamentadamente a impossibilidade da utilização dos próprios servidores do quadro efetivo de pessoal do Ministério das Cidades para prestação dos serviços técnicos de consultoria, celebrados no âmbito de projetos de cooperação técnica internacional, conforme preconiza o art. 4º, § 6º, do Decreto nº 5.151/2004 e o art. 2º, inciso I, do Decreto nº 2.271/1997, de forma a não se repetirem as falhas encontradas no Contrato nº 32/2005, firmado com empresa ECOPLAN Engenharia Ltda.;

9.3. com fulcro no art. 250, inciso III, do Regimento Interno, recomendar ao Ministério das Cidades que, ao realizar a nomeação servidores com ou sem vínculo com a Administração Pública para ocuparem cargos em comissão de livre provimento e exoneração, verifique a compatibilidade da formação desses servidores com o perfil ideal exigido para o desempenho das atribuições dos cargos, definidas no Decreto nº 4.665/2003, no Regimento Interno e no Quadro de Pessoal do Ministério das Cidades;

9.4. determinar à Segecex que, na elaboração das próximas decisões normativas relativas à organização dos relatórios de gestão e dos processos de contas anuais, inclua a obrigação de o Ministério das Cidades, bem como dos órgãos e entidades a ele vinculados, informarem ao controle interno e externo sobre a lotação efetiva e ideal do quadro efetivo de servidores, o quantitativo de pessoal terceirizado e o cumprimento do cronograma de medidas adotadas pelo órgão ministerial para a substituição das terceirizações indevidas de atividades finalísticas da Administração Pública, a ser realizada mediante prévio certame público, conforme exige o art. 37, inciso II, da Constituição Federal;"

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Coordenação Geral de Recursos Logísticos e outras unidades do MCidades	73980

Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:

Em atenção às determinações constantes do Acórdão 2353/2009, a CGLOG orientou aos seus gestores de contratos de serviços terceirizados o fiel cumprimento das determinações pelo TCU, bem como, indicação de pessoa responsável ao acompanhamento e prestação de informações quanto ao cumprimento ao determinado.

Síntese dos resultados obtidos

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

11. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

Tabela 74 – Atos Relacionados ao Exercício de 2009

ATOS RELACIONADOS AO EXERCÍCIO DE 2009		
ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SIAPE
Admissão	136	150*
Desligamento	66**	17
Aposentadoria	02	02
Pensão	0	0

As divergências entre a quantidade de atos praticados no exercício e a quantidade de atos registrados no sistema SISAC, devem-se aos seguintes fatos:

* Deve-se ao fato de desligamentos ocorridos em 2008 e somente registrados em 2009

** A discrepância ocorre em virtude de pendências no cadastro decorrente da alteração do sistema SISACNET.

12. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV

Tabela 75 – Declaração dos Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):			
Secretaria Executiva			
<p>As informações referentes aos convênios, contratos de repasse e termos de compromisso estão disponíveis respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV conforme estabelece o artigo 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, observando-se, outrossim, as ressalvas identificadas na declaração do contador</p>			
Local	SAUS, Quadra 01, Lote 1/6, Bloco H, Ed. Telemundi II – 3º andar, sala 310	Data	26/03/2010
Responsável	Magda Oliveira de Myron Cardoso	Cargo	Subsecretária de Planejamento, Orçamento e Administração

13. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão

Não há informações a relatar.

14. Informações Contábeis da Gestão

Tabela 76 – Declaração do Contador

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):	Código da UG:		
Secretaria Executiva	560003		
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>Unidade Gestora 560010 – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos:</p> <p>a) Existência de saldo em Contas do grupo 19.962.04.00 – Convênios Firmados A Comprovar, que se encontram registrados estoque de Convênios/instrumentos congêneres cuja vigência expirou.</p> <p>b) Existência de saldos nas contas do grupo 19.962.05.00 – Convênios Firmados A Aprovar, que se encontram registrados estoque de Convênios/instrumentos congêneres cuja vigência expirou.</p> <p>c) Existência de saldo alongados na conta transitória 19.911.08.00 – não atendendo ao prazo de trinta dias para análise e baixa dos saldos.</p> <p>Unidade Gestora 175004 – Caixa Econômica Federal – Programas Sociais:</p> <p>a) Existência de saldos invertidos na conta contábil 19.972.24.02 – Contratos de Repasse Firmados – Portal/SICONV - A liquidar, pendentes de regularização.</p> <p>b) Existência de saldos nas Contas do grupo 19.972.14.00 – Contratos de Repasse, em que se encontram registrados estoques de Contratos de Repasse, cujas vigências expiraram nas situações de A Liberar, A Comprovar e A Aprovar.</p> <p>c) Ausência dos registros nas contas do grupo 19.962.21.00 – Termo de Compromisso PAC, tendo os valores firmados e a sua execução, realizados em contas de outro grupo contábil.</p> <p>d) Ausência de tempestividade nos registros do SIAFI, causando divergência entre os saldos nas contas contábeis e a situação real dos contratos de repasse.</p> <p>e) Existência de saldo indevido nos grupos de contas contábeis referente a Restos a Pagar, nas quais empenhos encontram-se ativos apesar de não terem sido formalizados os Contratos de Repasse até o fim do exercício financeiro de 2008.</p> <p>f) Permanência de saldo nos grupos de contas contábeis referentes a empenhos do Portal de Convênios, sem que o instrumento tenha sido formalizado até o encerramento do exercício financeiro de 2009.</p> <p>g) Ausência de saldos no grupo de contas 19972.24.00 - Contratos de Repasse Firmados – Portal/SICONV, apesar de estes Contratos encontrarem-se registrados no Portal de Convênios não foram enviados ao SIAFI dentro do exercício financeiro de 2009.</p> <p>A responsabilidade pelos demonstrativos da unidade gestora 175004 - Caixa Econômica Federal – Programas Sociais, cabe a Contadora Margarida Maria Ferreira de Barros, entretanto por se tratar de uma unidade gestora subordinada a Secretaria Executiva UG 560003 esta foi incluída nesta declaração.</p> <p>Informo que as unidades gestoras foram inquiridas sobre as inconsistências mediante Notas Técnicas e/ou mensagens SIAFI e que foram lançados no Sistema SIAFI restrições contábeis durante o exercício de 2009 e não regularizadas até o encerramento do exercício.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	SAUS, Quadra 01, Lote 1/6, Bloco H, Ed. Telemundi II – 3º andar, sala 310	Data	24/03/2010
Contador Responsável	José Jorge dos Santos Pereira	CRC nº	005655/O-3

15. Conteúdos Específicos por UJ ou grupo de unidades afins

Não há informações a declarar.